

*Elson Farias*



# José Lindoso

semeador de esperança



Edições Governo do Amazonas

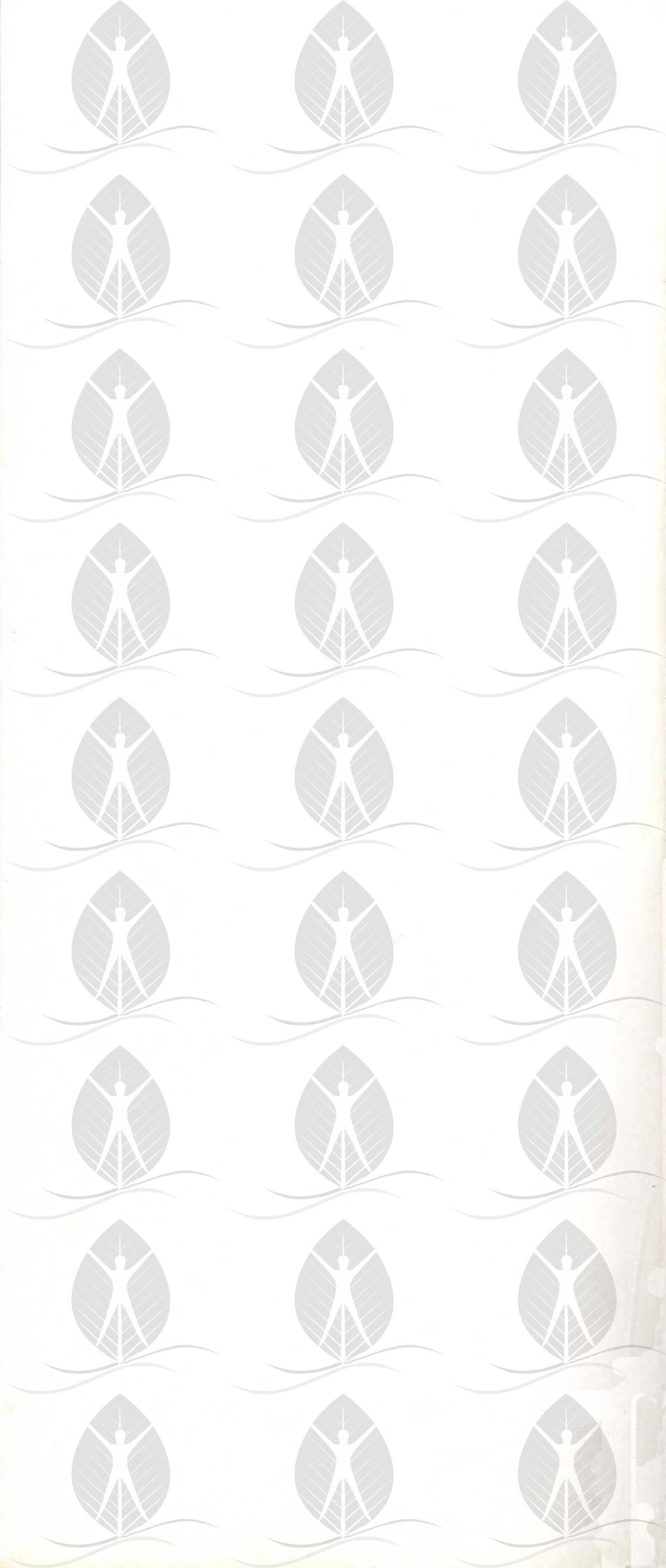
**E**lson Farias nasceu em Roseiral, município de Itacoatiara, onde o pai tinha uma propriedade, no dia 11 de junho de 1936. Criança, jovem, percorrerá inúmeras cidades do Amazonas, como Uruará, Itacoatiara, São Sebastião do Uatumã e Paratins, onde fez os primeiros estudos nas escolas públicas e se sentirá marcado pelas vidas ribeirinhas para a sua futura obra poética. Em Manaus, para onde se mudou aos 18 anos de idade, estuda no antigo Instituto de Educação do Amazonas, curso de formação de professores.

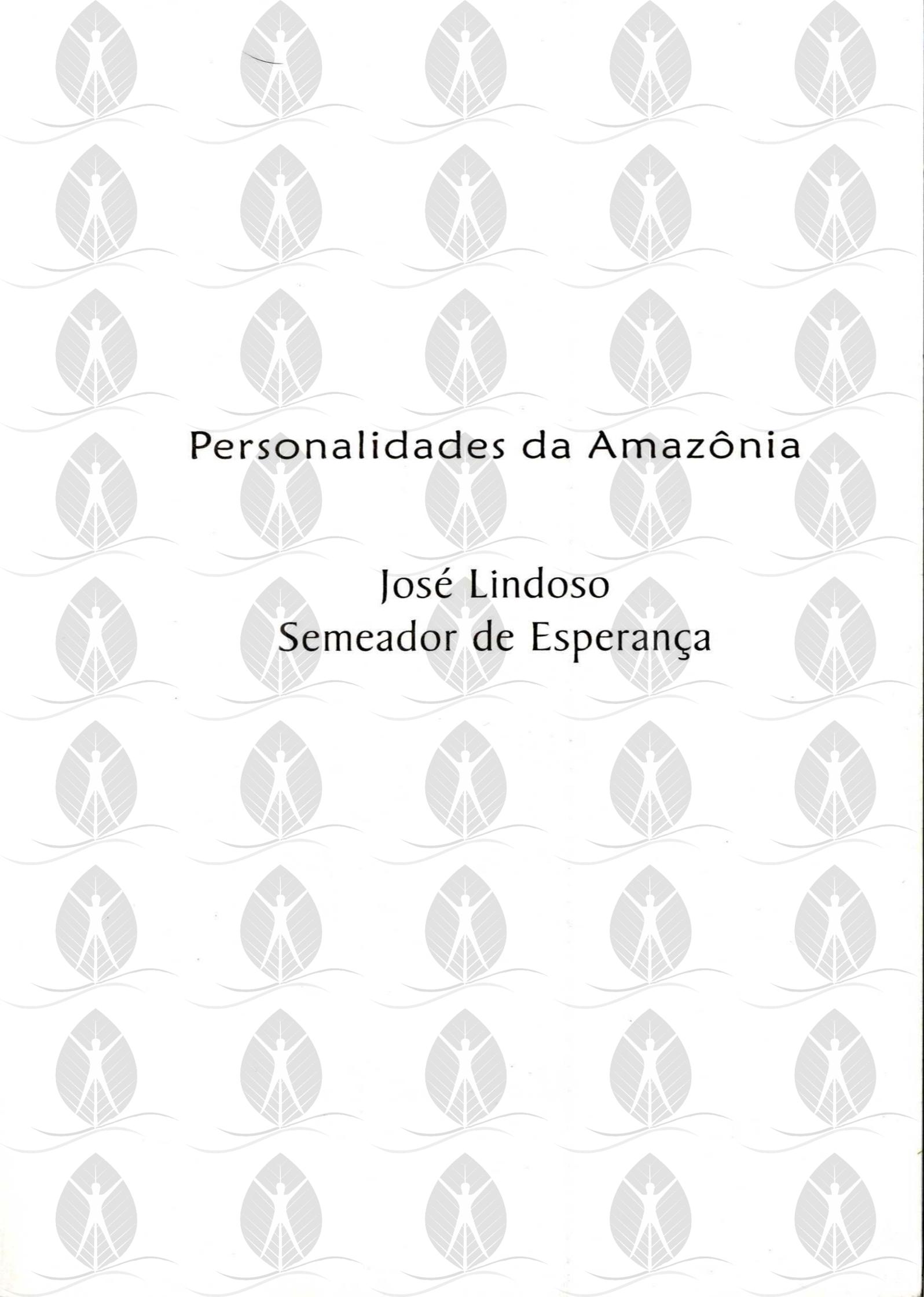
Na capital amazonense, Elson farias, já se preparando para publicar o primeiro livro de poesias, Barro Verde, que sairá em 1961, passa a integrar o Clube da Madrugada e trabalhar no serviço público, onde teve destacada a atuação. Enquanto fundava, com outros companheiros, a União Brasileira de Escritores, dirigia o Departamento de Cultura, transformado mais tarde em Fundação Cultural do Amazonas.

Outros livros de poesia de Elson Farias sairão por toda a década de 1960, em destaque Ciclo das águas, de 1966, onde reúne as três primeiras coletâneas e mais Sábado e Pequeno romanceiro do rio Amazonas. Nas décadas de 70 e 80 publica mais seis livros de poesia, sendo o último de 1993, Balada de Mira-Anhanga, a cristalização de sua obra de temas regionais e mitos do baixo-amazonas.

Elson Farias teve poemas musicados pelo maestro Guerra Peixe e pelos compositores amazonenses, maestro Nivaldo Santiago, Aldízio Filgueiras e Pedro Amorim. Atualmente ocupa o cargo vitalício de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Amazonas e é membro da Academia Amazonense de Letras.

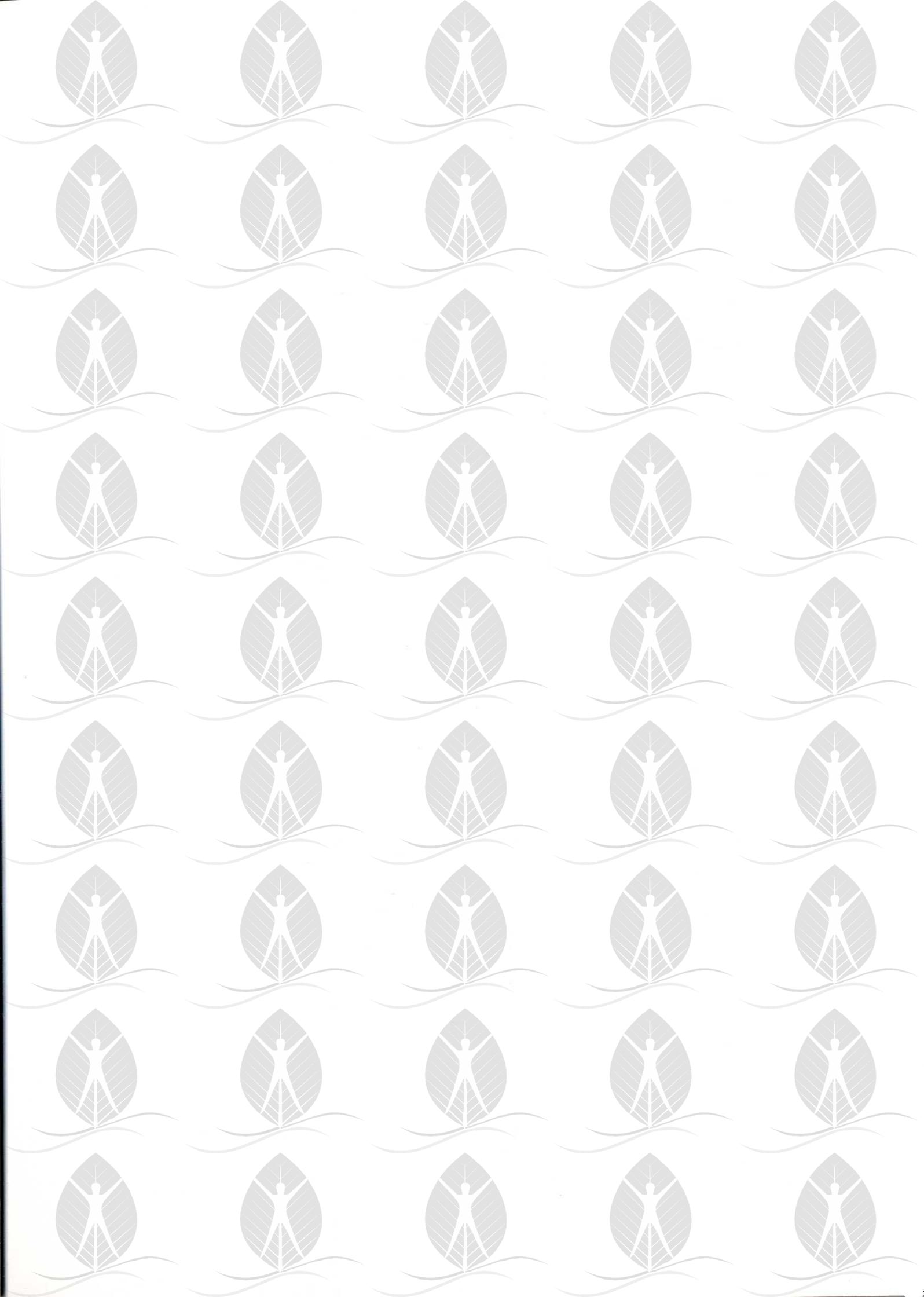
Poeta lírico, de feição trovadoresca, como bem assinala Lourdes Fonseca Ricardo, a obra de Elson Farias é uma das mais expressivas enquanto sintaxe e criação formal, com domínio absoluto da linguagem poética erudita e de raiz oral.

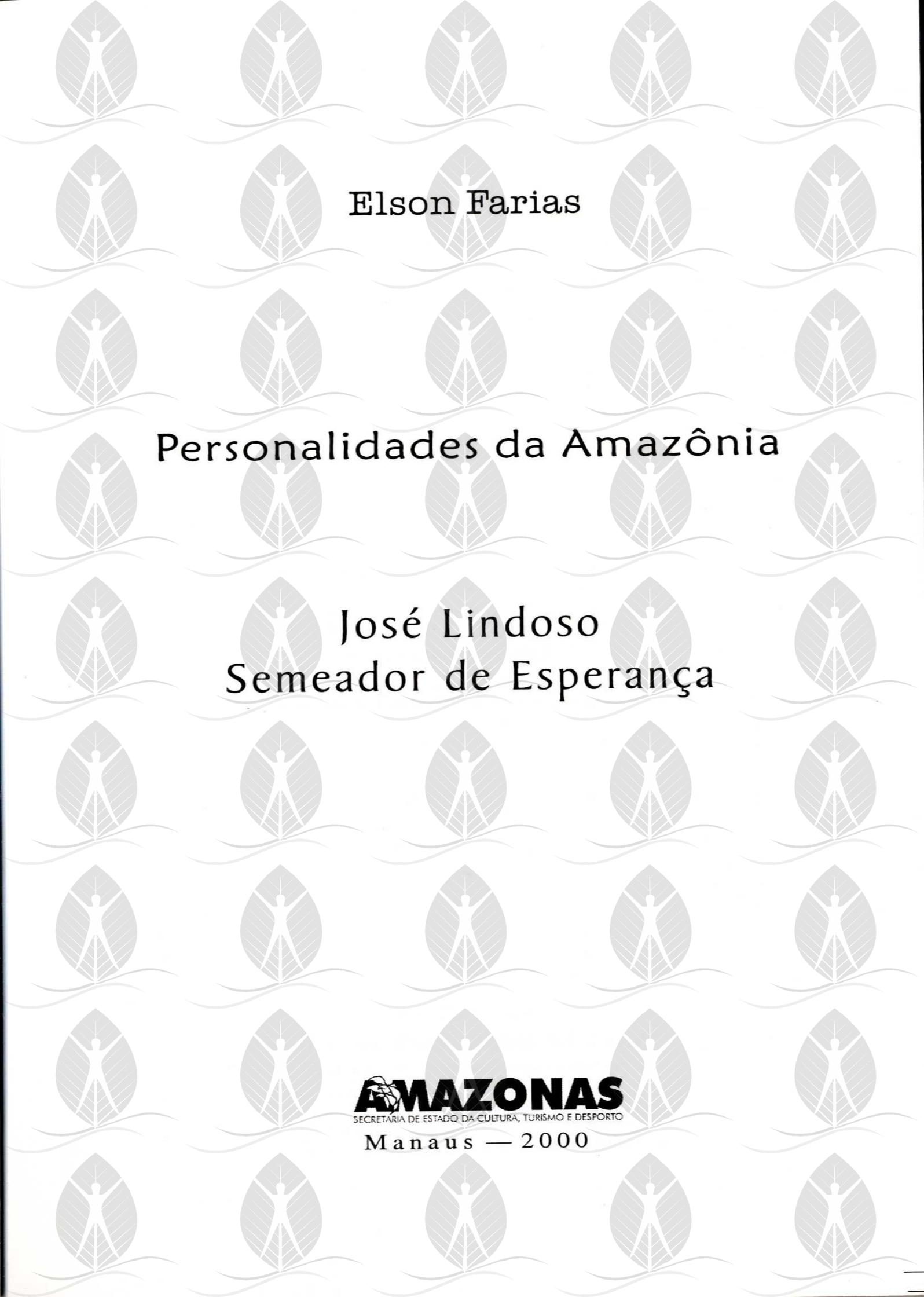




Personalidades da Amazônia

José Lindoso  
Semeador de Esperança





Elson Farias

Personalidades da Amazônia

José Lindoso  
Semeador de Esperança

 **AMAZONAS**

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E ESPORTO

Manaus — 2000

Copyright © 2000, Governo do Estado do Amazonas

Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto

Editor: Algenir Ferraz Suano da Silva

Revisão Técnica: Cinara Cardoso

Editoração Eletrônica: Augusto dos Santos

#### Ficha Catalográfica

Elaborada pela Coordenação de Editoração da UA

Farias, Elson

José Lindoso — Semeador de Esperança / Elson Farias.

Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

98 p.: 21 cm

1. Lindoso, José - Biografia I. Título

CDD 920

CDU 92L

Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto.

Av. Sete de Setembro, 1546 - Vila Ninita  
Anexo ao Centro Cultural Palácio Rio Negro

Tel.: (0xx92) 633-2850 / 3041 / 1357

Fax: (0xx92) 233-9973 - E-mail: sec@argo.com.br

CEP 69005-141 — Manaus — Amazonas — Brasil

Edições Governo do Estado do Amazonas

**NOSSO  
AMAZONAS**   
NOVO CAMINHO PARA O BRASIL

**AMAZONAS**  
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO

Amazonino Armando Mendes  
*Governador do Amazonas*

Samuel Assayag Hanan  
*Vice-Governador do Amazonas*

Robério dos Santos Pereira Braga  
*Secretário de Estado Coordenador da Cultura, Turismo e Desporto*

Vânia Maria Cyrino Barbosa  
*Secretária Executiva de Estado da Cultura, Turismo e Desporto*

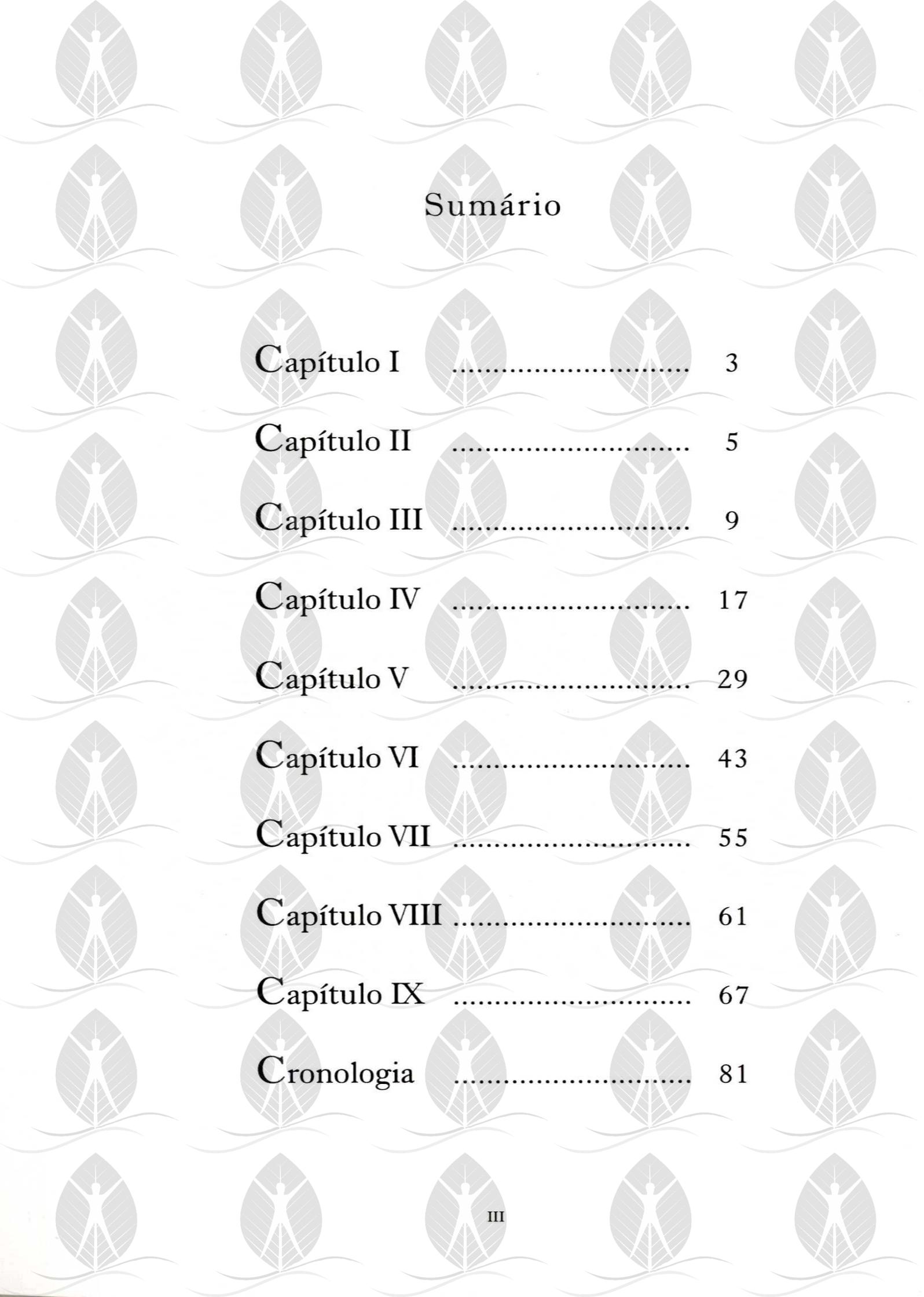
Inês Lima Daou  
*Secretária Adjunta*

Antônio Auzier Ramos  
*Assessor das Edições*

Saul Benchimol  
*Presidente da Associação de Amigos da Cultura*

Max Carpentier  
*Diretor Executivo*





## Sumário

Capítulo I	.....	3
Capítulo II	.....	5
Capítulo III	.....	9
Capítulo IV	.....	17
Capítulo V	.....	29
Capítulo VI	.....	43
Capítulo VII	.....	55
Capítulo VIII	.....	61
Capítulo IX	.....	67
Cronologia	.....	81





**Figura 1** — José Lindoso por volta dos cinquenta anos.

## Capítulo I

**N**a maior parte da vida o professor José Lindoso manejou os ritos do poder, intelectual, empresarial, ou político. A cronologia, lançada no final deste livro, demonstra isto. Mas sempre o fascinou o contato com o povo. No governo, passou um terço do mandato viajando pelo interior em convívio permanente com os seus irmãos do rio. Em Manaus, quando podia, e sempre reservava espaço para essas atividades, estava nos bairros. Nas festas populares de inauguração de obras e lançamento de programas administrativos, entregava os palanques aos discursos laudatórios, porque o trato próximo às pessoas é que o atraía, para desespero dos agentes da segurança, tempero insubstituível nos esquemas de poder. O próprio Professor José Lindoso demonstrou esta ansiedade em seu discurso de transmissão de cargo no Palácio Rio Negro, sede do governo em Manaus:

*Sinto que, nesses dias antes de ser Governo, tenho travado uma luta para não perder o meu modo de ser. Mas não é fácil. Cerimonial e Segurança, ingredientes do Poder, querem me fazer diferente. Espero na ajuda de Deus para que eu, enfrentando essas estruturas legais e convencionais, tanto quanto possível, sobreviva fiel a mim mesmo e à minha gente.*

Era marcado por suas origens de homem do rio. Nasceu na sub-região do Madeira e veio para Manaus bem grande, aos 12 anos, com a cabeça já na essência feita.

## Capítulo I

**N**a maior parte da vida o professor José Lindoso manejou os ritos do poder, intelectual, empresarial, ou político. A cronologia, lançada no final deste livro, demonstra isto. Mas sempre o fascinou o contato com o povo. No governo, passou um terço do mandato viajando pelo interior em convívio permanente com os seus irmãos do rio. Em Manaus, quando podia, e sempre reservava espaço para essas atividades, estava nos bairros. Nas festas populares de inauguração de obras e lançamento de programas administrativos, entregava os palanques aos discursos laudatórios, porque o trato próximo às pessoas é que o atraía, para desespero dos agentes da segurança, tempero insubstituível nos esquemas de poder. O próprio Professor José Lindoso demonstrou esta ansiedade em seu discurso de transmissão de cargo no Palácio Rio Negro, sede do governo em Manaus:

*Sinto que, nesses dias antes de ser Governo, tenho travado uma luta para não perder o meu modo de ser. Mas não é fácil. Cerimonial e Segurança, ingredientes do Poder, querem me fazer diferente. Espero na ajuda de Deus para que eu, enfrentando essas estruturas legais e convencionais, tanto quanto possível, sobreviva fiel a mim mesmo e à minha gente.*

Era marcado por suas origens de homem do rio. Nasceu na sub-região do Madeira e veio para Manaus bem grande, aos 12 anos, com a cabeça já na essência feita.



Figura 2 — José Lindoso, o primeiro da esquerda para a direita, em reunião de trabalho na Associação Comercial do Amazonas, entre altas personalidades da vida econômica do Estado, em destaque o empresário Isaac Sabbá, de terno escuro.

## Capítulo II

Como nasceu este livro?

O Natal de 1998 não se prenunciava bom. Falava-se em crise. Crise financeira, que incomoda mais. Do seu lado a crise moral é café pequeno, embora desta se fale há mais tempo, talvez pelo hábito que tem o povo de se lamentar sobre a vida, pois bem poucos se incomodam com ela, ao contrário da financeira que mexe com o bolso, no pão de cada dia. Afinal, segundo os jornais, a crise não foi assim tão séria. Neste ano, as compras de dezembro ficaram apenas um pouco abaixo das do ano passado, fazendo, conseqüentemente, não tão pobre a arrecadação do Tesouro.

**Figura 3** — Ao lado de seu secretário de Fazenda Onias Bento da Silva Filho, o governador José Lindoso recebe, das mãos do seu chefe da Casa Civil, Aluisio Humberto Aires da Cruz, a caneta com que assinaria os seus primeiros atos, de nomeação do Secretariado, no Palácio Rio Negro.



Foi na boquinha da noite da véspera do Natal, que, eu e o Aluizio Humberto Aires da Cruz, companheiro de caminhada no governo do professor José Lindoso, num encontro casual à porta de um supermercado, ele a empunhar a cesta básica da ceia natalina, cogitamos da oportunidade de se escrever um livro sobre o governo do nosso amigo e mestre. Argumentava o Aluizio que só eu poderia realizar a empreitada porque reunia as duas condições essenciais ao empreendimento, a de escritor e a de amigo do homenageado. Concordei de primeira com a proposta, pois muito me honrou a amizade do professor Lindoso. A outra condição, a de escritor, poderia ser creditada a tantas jornadas verbais a que me tenho lançado, em prosa e verso, ao longo de minha vida, em grande parte estimulado por amigos da qualidade do professor, com os quais, conversando, despertei para o valor, o peso e a medida, a responsabilidade, da palavra poética. Não me custaria prestar-lhe tal tributo, muito pouco, diga-se a bem da verdade, considerando o volume dos favores de que me cumulou.

Outra preocupação era realizar um trabalho bonito, de leitura agradável, que não fosse maçante, posto que, tudo se poderia atribuir ao nosso homenageado, menos a pecha de enfadonho. Possessor de conversa rica de informações, de quem assimilara o hábito compulsivo da leitura, tocada de bom humor e lampejada com os traços da ironia que ilustra a prosa do homem inteligente, o professor José Lindoso entrava pela noite, invadia as madrugadas, a bom conversar, sobre temas variados e interessantes.

Com esta intenção fui aos textos de seus inúmeros pronunciamentos, discursos, entrevistas, conferências. Entre aspas e nos destaques registrei a palavra do professor. Busquei o depoimento do cel. Osório Fonseca Neto, que o acompanhava nas suas viagens com o apoio logístico. Encontrei ajuda em sua filha mais nova, a advogada e professora de Direito, Clara Maria Lindoso e Lima, que levantou os dados da vida em família do grande amigo. Agradeço, de dentro do peito, estas colaborações inestimáveis.

Longe da prosa de ficção, este trabalho pode ser uma crônica, visto relatar fatos acontecidos, mas, para satisfazer o hábito das definições, eu diria que se trata mais de um ensaio. Ensaio entre o tradicional e o moderno. Na tradição o ensaio distingue-se por linguagem coloquial, versando temas da vida cotidiana, paisagens e homens; nos dias atuais, passou a abordar, além daqueles, temas de teoria literária, filosófica, política e outros tantos ligados às diversas linhas do pensamento. Mas, em todos os tempos, o ensaio foi um divulgador de idéias.

Outra razão que me levou a usar o gênero é o sentido inconcluso, por assim dizer, provisório, não definitivo, da abordagem dos assuntos, pois não se esgota aqui o tema eleito na consecução desta tarefa. Trata-se de um breve levantamento das idéias do ilustre professor amazonense, a partir da apreciação de sua palavra e dos seus atos, praticados, mais efetivamente, durante o seu governo.

Apesar desta ressalva, espero em Deus ter atingido este intento.

As luzes do Natal iluminaram os nossos propósitos, os meus e os do Aluizio. As luzes que sempre envolveram os melhores dias do nosso personagem. As luzes que abençoaram de fé e alegria de viver o seu espírito inquieto. As luzes que tantas vezes testemunhei brilharem-lhe no rosto, quando tocado pelo entusiasmo na pregação dos seus ideais de vida. Estas luzes espero que me ajudem o coração a realizar este trabalho.

### Capítulo III

O professor José Lindoso chegou a Parintins para instalar na cidade a escola comercial do SENAC. Por volta de 1952. Pacata, a cidade não se tinha beneficiado ainda com o burburinho dos festivais folclóricos que lhe granjearam tanta fama. O mais alto acontecimento social, a festa do Carmo, novenário da padroeira, atração do mês de julho, mobilizava as populações vizinhas e os parintinenses porventura domiciliados em outras paragens. Os parintinenses iam para a festa do Carmo de onde estivessem. Gente festeira toda a vida, nos fins de ano havia a brincadeira das pastorinhas. Os carnavais também eram animados. Nos poucos meses sem festa, a cidade retomava o ar tranqüilo de povoação plantada às margens do grande rio, entregue às notícias dos movimentos das águas nas enchentes ou nas vazantes. O lado intelectual alimentava-se da lembrança de seus maiores, a imagem de Hipólito Corrêa, desaparecido tão moço, e o perfil legendário de Furtado Belém, político notável, autor de livro fundamental sobre as questões de fronteira dos Estados do Amazonas e Pará.

O professor José Lindoso polarizou as inteligências. Reuniu professores, promotor de justiça, juiz, advogados, padre, médico, bancários do Banco do Brasil e da Amazônia, a nata espiritual da terra. Necessitava do apoio dessas pessoas para instalar a escola. Afinal, tratava-se de primeira aventura no setor do en-

sino de segundo grau em Parintins. Ele sentia que o terreno já estava preparado por contar com o concurso do *Grupo Escolar Araújo Filho*, onde pontificavam mestras da estatura das professoras Maranhão Nina, e Alzira Queiroz Saunier, esta que lecionava de tudo, do ABC à caligrafia, das boas maneiras à datilografia, e os conhecimentos clássicos do curso primário daquele tempo.

Foi o meu primeiro contacto com o professor José Lindoso. Suas palavras, na instalação da escola, timbraram o nível do curso. Voltou para Manaus, mas deixou inauguradas as aulas memoráveis de Português e Literatura do médico Alípio Paes de Azevedo, de História Geral do bancário Gualter Aguiar, e de História do Brasil do promotor Bartolomeu Augusto de Vasconcelos Dias, entre outros. Guardávamos vivo interesse por aquelas aulas, ao ponto de ter sido, no encerramento do ano letivo, na hora de premiar os melhores, galardoado com o troféu de frequência sem nenhuma falta durante todo o período. Não logrei posição ideal no aproveitamento das matérias estudadas, mas fui, com esse prêmio de consolação, reconhecido o mais presente...

Motivados pelo discurso do professor José Lindoso, os jovens parintinenses passaram a movimentar as noites da cidade, visto o curso funcionar no prédio do *Grupo Escolar Araújo Filho*, em dependências ociosas no horário noturno.

A cidade não se beneficiara, ainda, como foi dito linhas acima, com o esplendor do *Festival Folclórico* mas já vivia a mística dos bumbás *Garantido* e *Caprichoso*, os ensaios dos currais de

ambos, a voz rouca e misteriosa do amo Lindolfo Monte Verde, levantando as toadas do ano e ensinando aos brincantes as toadas tradicionais, os passos da dança e o enredo desse belo auto popular. Éramos todos envolvidos pelo clima, ao ponto de eu ser intimado, certa feita, a desenhar a figura do *Caprichoso*, que, nessa época, negro ou azul-escuro, era enfeitado com amplas malhas brancas. Em dezembro, dançavam as pastorinhas, à frente o entusiasmo de dona Sila Marçal, ágil, espirituosa, cozinheira afamada. Em julho, acontecia a festa do Carmo, que dominava totalmente o povo até o dia da procissão, com as largas alas dos *Marianos* e do *Apostolado da Oração*, aglutinando a maioria dos homens e mulheres da cidade.

Nesse ambiente os jovens criaram o *Grêmio Estudantil Castro Alves* e entraram com força na vida social e política da terra. É característica do parintinense, também, assumir com entusiasmo a tudo o que faz. Com o grêmio sucedeu o mesmo. Realizamos séries de conferências proferidas pelos professores da escola do *SENAC*, organizamos campanhas esportivas, montamos uma biblioteca a princípio com livros doados, levados de Manaus pelo professor Gualter Aguiar, e depois, envolvendo as pessoas de dinheiro na compra de novos volumes ou na participação da rifa para adquirir uma coleção da *História Universal*, de Césaire Cantù, obra em vinte e cinco belos volumes encadernados, inatingível por bolsos de pobres estudantes. Reuníamos todos os domingos, após a Missa, em debates sobre temas de literatura e arte e cultura geral, arquitetando novas promoções.

Que têm a ver tais eventos com o professor José Lindoso, há de indagar o leitor que tenha chegado até aqui na leitura deste texto, e eu responderia que tudo, porque foi ele quem lançou a semente da sede de saber despertada entre os jovens, no discurso de instalação da escola do *SENAC*, característica forte na personalidade desse verdadeiro semeador de idéias.

Vindo para Manaus, foi a primeira pessoa a quem procurei. Encantou-me sua simplicidade. Era já um notável advogado, catedrático da *Faculdade de Direito* da Praça dos Remédios, Diretor Regional do *SESC/SENAC*, com o prestígio nacional de um dos formuladores da metodologia operacional dessa instituição. Recebeu o jovem do interior com a afabilidade de um

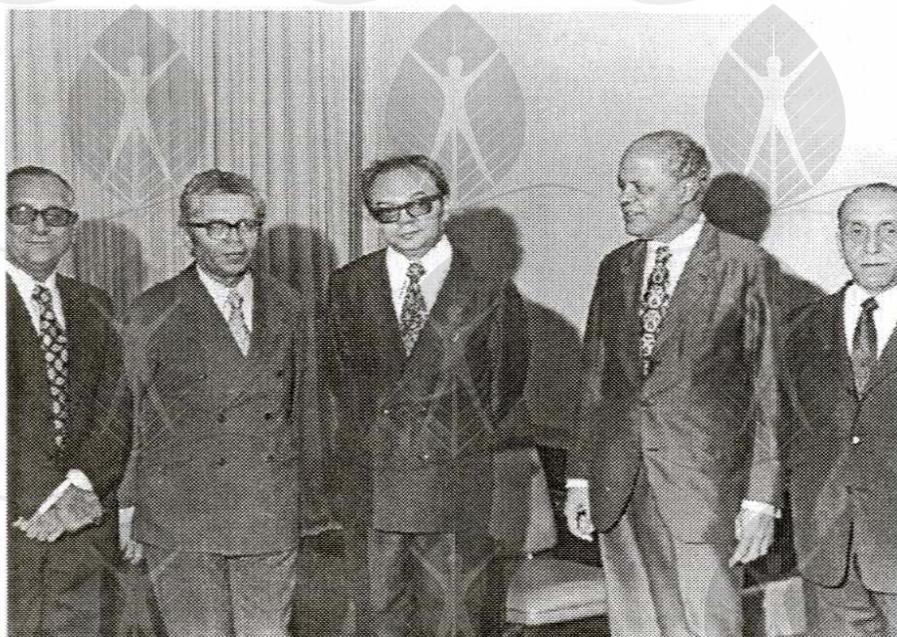


**Figura 4** — Na Convenção Nacional da Arena, realizada no período de 22 a 23 de abril 1972, comissão de reforma dos estatutos partidários, presidida pelo deputado Flexa Ribeiro, funcionado como relator o deputado José Lindoso.

verdadeiro mestre, orientando-lhe os primeiros passos na cidade bem maior que Parintins, não obstante a modorra em que vivia nos idos da década de cinquenta, curtindo a nostalgia do período de ouro da borracha, e distante, ainda, do apogeu da Zona Franca. Aí firmou-se uma amizade que os reveses da vida jamais conseguiram arrefecer.

Levado pela inquietação do espírito, no intuito de servir bem mais ao Amazonas e seu povo, o professor José Lindoso entrou na política. Elegeu-se deputado federal, senador da República, e, mais tarde, coroando a luminosa militância, governador do Estado.

De Brasília, toda semana, às vezes mais de uma vez, ele entrava em contacto comigo para mandar notícias de seu trabalho ou simplesmente conversar sobre questões de interesse de suas



**Figura 5** — O Senador José Lindoso entre os seus pares Flávio Brito, Petrônio Portela, Nelson Carneiro e Carvalho Pinto.

atividades. Tudo passado para a imprensa. De tal sorte que, no governo, acabei transformando-me em seu secretário de Comunicação Social. Mas não divulguei nunca notícia não autorizada, porque também havia isto, só liberava matéria orientado por ele. Jamais agi de outro modo, por saber que o homem de imprensa precisa preservar sua fonte para conquistar credibilidade. Sem credibilidade o jornalista vale muito pouco.

Ao assumir o Senado, sua primeira providência foi emprender um levantamento das atividades dessa Casa do Congresso Nacional, o desempenho dos senadores mais ilustres, o seu funcionamento. Recolheu-se ao gabinete e ocupou os poucos auxiliares a juntarem os dados na biblioteca e nos anais da Casa.



**Figura 6** — José Lindoso sempre defendeu, onde esteve, as questões da cultura brasileira e, por isso, muitas vezes, foi homenageado como neste momento em que representantes da mais alta expressão de nossa vida artística, foram ao Congresso Nacional, levar o seu apoio e o seu estímulo ao eminente político.

Deparou-se, em primeiro plano, com a presença de Rui Barbosa, a habilidade do político, o saber do jurista, o brilho do orador. Por essas águas navegou o parlamentar amazonense, numa aprendizagem que, em único mandato na Câmara Alta, levou os seus pares a guindá-lo ao cargo de vice-presidente do Senado, o quinto na hierarquia da República, então.

O professor José Lindoso não agia antes de estudar, pensar, meditar, debater as questões até amadurecerem nos mecanismos de sua inteligência e no consenso dos pares, subalternos ou não. Muitos viam nisso um defeito. Mas o professor estava certo, como o tempo mais tarde veio a comprovar.

Trabalhador incansável, o trabalho ocupava o primeiro plano na ocupação do seu tempo, e, no último, ocupava o trabalho...

Se o paciente leitor desejar inteirar-se das atividades parlamentares do professor José Lindoso, nos 12 anos que esteve cumprindo mandato popular no Congresso Nacional, no período de 1966 a 1978, quatro na Câmara dos Deputados, e oito no Senado Federal, pode consultar a *cronologia* lançada no final deste livro.



**Figura 7** — Junto as filhas Mariadelaide e Liliana e a esposa Amine, após solenidade em que José Lindoso é condecorado com a Medalha Almirante Tamandaré, da Marinha Brasileira, em Brasília.

## Capítulo IV

O general Ernesto Geisel foi o mentor da abertura política na distensão do movimento militar de março. Sob comando austero, promoveu-a de forma *lenta, gradual e segura*. Com o general João Figueiredo, seu sucessor na Presidência da República, prosseguiu o programa na força do *eu quebro e arrebento*.

Com esse ambiente político no país, o professor José Lindoso assumiu o governo do Estado. Eleito no voto indireto pela Assembléia Legislativa, tinha consciência de seu papel no processo de redemocratização, luz que nunca deixou de visualizar nos horizontes da Pátria. Dava o tom de sua administração no discurso de posse:

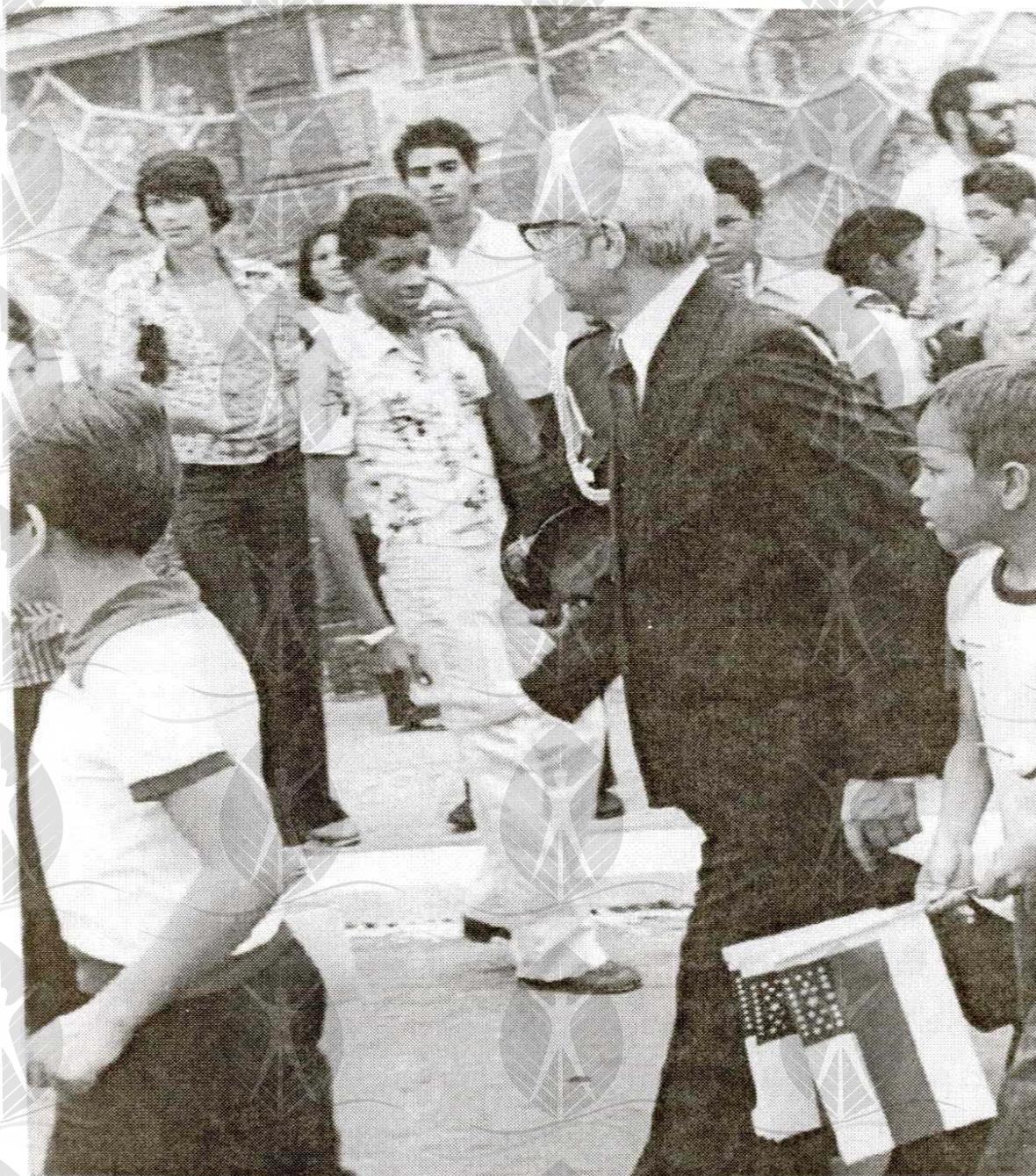


Figura 8 — O governador José Lindoso entre políticos e lideranças populares, no dia de sua posse.

*O Poder que recebo, emanado do povo e que em seu nome o exercerei, pela natureza político-jurídica que lhe é imanente, adquirir, de logo, singular amplitude, ante o compromisso solene – e que não hei de abjurar por ato ou omissão – de promover com firmeza mas sem violência, com prudência mas sem comodismo, o bem-estar de meus coestaduanos.*

O governador teria de ajudar na tarefa de restauração da democracia, disposto a receber a avalanche das lideranças afogadas pelo regime anterior. Sabia que a modernização do país havia criado, com o progresso, nova consciência social. Reconhecia que o Amazonas, nesses anos, teve instalado “o Parque Industrial da Zona Franca, gerando empregos, florescendo o comércio, irrigando recursos próprios para o todo o Estado. Em quase todos os municípios do interior foram plantados aeroportos e hospitais e estações de televisão e serviço de telefonia, possibilitando a unidade pelas comunicações.”

As suas idéias para o plano de ação de governo eram ambiciosas. Previam medidas que trouxessem oportunidade de emprego, melhor renda, mais educação, saúde, saneamento, habitação e nutrição. Visavam interiorizar a economia, estimulando a implantação de indústrias de bens intermediários nas cidades-sedes municipais. Promover uma política fundiária justa, audaciosa, aspirando a tornar o maior número possível de famílias rurais donas da terra em que trabalham. Criou o *ITERAM*, *Instituto de Terras do Amazonas*, funcionando ao seu lado a Comissão de Justiça Agrária, com o encargo de solucionar questões mais intrincadas na posse da terra.



**Figura 9** — O governador José Lindoso entre populares no dia de sua posse na Chefia do Executivo.



Figura 10 — Caminhando entre o povo, tendo ao seu lado o cel. Osório Fonseca Neto, chefe da Casa Militar, José Lindoso dava uma amostra do seu estilo de governo, jamais isolado do povo, quer na capital, quer no interior do Estado.

Na área da educação criou o *IERAM, Instituto de Educação Rural do Amazonas*, pensado para atender os ideais de um processo de integração do homem ao seu meio. Uma educação que não fosse fator de expulsão do jovem de seu ambiente de vida. O próprio professor José Lindoso testemunhou um dia, visitando uma comunidade longínqua, professores ensinando em livros que treinavam as crianças a se locomoverem de ônibus com linha para o bairro da Penha, no Rio de Janeiro, num lugar em que o transporte, nas largas estradas dos rios, era feito por embarcações, motores, barcos a remo, e canoas a remo e à vela.

O governador José Lindoso idealizava uma escola mais autêntica, formadora do cidadão voltado para o progresso da própria terra, valorizando-a. A escola, na visão do professor, precisava “adquirir novo dimensionamento, transformando-se, também, em local em que as populações possam sempre retornar para o desenvolvimento de espírito comunitário e compreensão quanto à validade do esforço conjunto, no sentido de aprimoramento dos padrões de valores da sociedade.”

O governador estimulou os projetos de piscicultura. Buscou tecnologias onde estas existiam. Pediu *adjutorium* ao INPA. Visitou estações de criação de peixes e acabou por deixar plantada uma ótima semente no setor.



Figura 11 — José Lindoso ao lado de sua mãe Zenóbia, no dia da festa de sua posse no cargo de governador do Estado do Amazonas.

Não hostilizava os grandes, mas acreditava nos pequenos. Criou nessa linha os centros de produção, e, em Manaus e nas cidades do interior, as feiras do produtor, locais de venda, pelos próprios agricultores, dos frutos de seu trabalho com a terra, rompendo a cadeia dos especuladores e, com isso, pondo na mesa das famílias comida mais barata, no combate à panela vazia.

Os centros de produção, que ele definia como núcleos de assistência ao trabalho e de irradiação de conhecimentos e cooperação técnica, concentrava sua atenção no crescimento da agricultura, na criação de pequenos animais, na criação de tartarugas e peixes, na pecuária, sem esquecer da atividade extrativista, exercida nos evos pelo amazônida.

Os técnicos sentiram apertar-lhes o crânio a vontade política do governador. Precisava-se *pesquisar e definir o aproveitamento das várzeas e induzir a atividades adequadas à terra firme*, considerando este um dos mais sérios propósitos para a organização da produção regional do guaraná, da borracha, da castanha, do cacau, do dendê, da pimenta-do-reino e da juta. Estimulou a pesquisa mineral, fomentou o crescimento da fruticultura e da agroindústria.

A universidade entrou nos seus planos. Foi convocada a competir no seu relevante papel nos campos da pesquisa e da formulação, na interiorização das oportunidades de ensino e de preparação de mão-de-obra. O Governador demonstrava preocupação com o projeto nacional do *Tratado do Pacto Amazônico*,



**Figura 12** — Ao lado da esposa Amine, José Lindoso recebe cumprimentos de seus conterrâneos, na festa de sua posse no Governo do Amazonas.

desconfiado de que isto viesse apenas enriquecer a literatura do gênero, e chamava a universidade a assumir um papel real nessa política, unindo-se aos desígnios do Estado na criação, entre outras iniciativas, de uma *Escola de Altos Estudos Amazônicos*, para liderar o potencial de nossa inteligência.

Sobre este tema o professor Lindoso afirmava, textualmente:

*O Brasil tem-se realizado na história como a nação do Atlântico. No entanto, a Amazônia Brasileira compreende cerca de 60% do seu território e exige que se continue, sem tibieza, na execução do projeto nacional relativamente à grande planície.*

O governador estava atento para a descoberta, pelo país, da sua vocação amazônica, nas dimensões da Amazônia Continental, “dentro da sua tradicional política de cooperação sul-americana, longe das ilações acadêmicas, ao contrário, bem próxima dos atos que geram pão e esperança para o povo.” O professor Lindoso tinha confiança nos benefícios do intercâmbio recíproco *além de vivência de solidariedade pan-amazônica.*

Um outro ajuste foi buscado pelo governador no intuito de ajudar na solução do problema crônico da distribuição de renda na gestão da economia moderna. Os serviços públicos, as obras públicas, constituem motor eficaz na distribuição de renda, mas esta é uma questão a ser pensada por todos, de modo a levar a sociedade à sua distribuição equânime, que “é mais re-<sup>5</sup>

sultado de um pacto social sadio do que da concepção tecnicista de remuneração dos fatores de produção”. Na política de distribuição de renda, o governador providenciou medidas de apoio às pequenas e médias empresas e “a democratização do crédito, ensejando o surgimento de novos empresários e, conseqüentemente, de novas oportunidades de emprego.”



**Figura 12** — Vista panorâmica da Praça de São Sebastião, em frente ao Teatro Amazonas, em torno do monumento da abertura dos portos brasileiros às nações amigas, onde se deu a posse do governador José Lindoso, em solene Missa Campal que, também forneceu o tom de sua administração.

No campo da habitação, logo nos primeiros nove meses de governo, entregou aos moradores 1.800 casas, de um programa de 15.000 a serem construídas na *Cidade Nova*. A bem da verdade é bom que se diga que foi o governador José Lindoso o

criador da *Cidade Nova*, construindo as condições básicas daquele florescente setor habitacional de Manaus hoje.

Mas a menina dos seus olhos eram as comunidades do interior. Em síntese, a ação política do professor Lindoso para o interior tinha por meta criar uma classe média rural, com conforto de vida de quem não se ponha escravizado pelo meio, ante uma natureza áspera e rude, indomável, na solidão dos rios inumeráveis e da vastidão da floresta misteriosa, isolado do mundo. Não, ele não queria isto. Ele idealizava uma sociedade rural feliz porque realizada, produzindo bens e riqueza, possibilitando o crescimento mental e o preparo técnico superior dos seus cidadãos.



**Figura 14** — José Lindoso fala às lideranças da cidade amazonense de Humaitá, numa das reuniões de trabalho realizadas no interior do Estado durante o seu governo. Nos três anos em que esteve à frente do Executivo, passou um despachando no interior.

Só assim o governador via alguma condição de evitar o êxodo para Manaus, onde as vozes da vida agradável, da vantagem do emprego, da escola, da moradia, das diversões, acenam para as comunidades ribeirinhas por via da mídia eletrônica, primeiro o transistor, depois a televisão. É tal a influência do televisor nos sítios da Amazônia, que o curumim e a cunhantã, passaram a ser alcunhados de *baixinhos*, segundo o linguajar impróprio de uma dessas vedetes da moda televisada...

A idéia dos centros de produção vingou e cedo começou a surtir efeito. No dia 27 de dezembro de 1979, ao prestar contas ao povo, falava o governador, com alegria:

*Como resultado dessa mobilização, com base nos créditos concedidos e nos elementos já levantados pelo IBGE, já se pode anunciar a previsão da safra do próximo ano. No período 78/79 o Estado produziu 2.500 toneladas de arroz; para 79/80 estima-se um aumento de cerca de 700%, alcançando 19.400. Para o milho que, no período anterior, apresentou a produção de 5.500 toneladas, prevê-se para o próximo ano, um aumento da ordem de 180%, com uma safra de 15.200. O feijão e a mandioca vão se manter nos mesmos níveis de 3.000 e 700.000 toneladas, respectivamente. A juta e a malva terão a produção aumentada de 50%, passando de 31.700 toneladas. Em convênio com a SUDHEVEA fomentou-se a produção de borracha e a cultura de seringais. Fez-se articulação com a CEPLAC para aumento da cultura e produção de cacau. Estimulou-se a cultura do guaraná.*

Os dinheiros públicos que eram magros, pulverizavam-se em várias contas de acordo com as fontes de origem, dos repasses constitucionais aos de convênios para atividades e obras específicas, depositados em diversos bancos. Por tratar-se de uma questão puramente contábil, o governador José Lindoso determinou que os recursos fossem concentrados numa conta única no Banco do Estado do Amazonas, fórmula com que passou a ter uma visão mais eficiente do Tesouro Estadual e o devido fortalecimento de nossa principal agência de desenvolvimento, representando esta decisão, mais uma semente plantada nos métodos administrativos do Estado.

## Capítulo V

O professor José Lindoso deve ter enfrentado na vida reveses cruentos. Não tanto quanto os que suportou ao reformular a política de incentivos fiscais, na parte das obrigações do Estado do Amazonas. A medida viria redirecionar as operações da Zona Franca de Manaus, considerada intocável. Mas a dinâmica social pressiona os governantes na mudança das leis, e o professor José Lindoso teve coragem de responder a este desafio.



**Figura 15** — José Lindoso discursa na 61.<sup>a</sup> Conferência da União Interparlamentar, em Tóquio, Japão, onde esteve compondo a Delegação Brasileira, no período de 2 a 11 de outubro de 1974.

Com a política de incentivos fiscais consagrada pelo Decreto-Lei 288/67, a União concedeu, às empresas que se dispusessem a operar na área delimitada no município-sede da capital amazonense, isenção dos impostos federais, necessitando da contrapartida do Amazonas, garantida com a legislação comandada pelo governador Danilo Areosa, quanto aos tributos estaduais e municipais relativos ao município de Manaus.

Sucedeu que, ao assumir o governo, em 15 de março de 1979, após doze anos de vigência desse ordenamento legal, o professor José Lindoso observou que havia necessidade de redimensionar a questão para atender a outro objetivo da lei de incentivos de integrar o processo de desenvolvimento à economia amazônica.

Sabe-se que o primeiro alvo do projeto Zona Franca foi mobilizar esforços no intuito de ajustar a região ao todo do país, medida adotada no corpo das providências batizadas de *Operação Amazônia*, produto da visão de estadista do general Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente guindado pelo movimento militar de 64. A *Operação Amazônia* constituiu-se de medidas que reformularam, em profundidade, a *SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia*, o *BASA – Banco da Amazônia S.A.*, ambos sediados em Belém do Pará, e a Zona Franca de Manaus, agora administrada pela *SUFRAMA*, localizada na capital amazonense, entre outras providências.

A região foi dividida em duas partes, a Amazônia Oriental, compreendida pelos Estados situados na parte atlântica, e a Amazônia Ocidental, os Estados da parte interior, Amazonas, Acre, e os então Territórios Federais de Rondônia e Roraima. A sabedoria desta concepção geopolítica, foi inspirada numa realidade incontestável. Muitas são as Amazônias, desde a Continental até a que se situa nos limites dos sessenta por cento do território brasileiro, mas de população rarefeita.

Havia necessidade urgente de proteger a floresta e ocupar os espaços vazios, até como garantia de preservação dos limites territoriais brasileiros. Ninguém mais do que o general Castelo Branco sabia disto, por ter conhecido a região melhor que muitos brasileiros residentes aqui. Palmilhara-a em missão de comando militar no Amazonas e no Pará.

Nenhuma ação de governo foi mais eficaz ao progresso local do que a concebida e executada pelo presidente Castelo Branco, estando os homens da região devedores de um tributo de reconhecimento que até hoje o grande estadista está a merecer, em termos concretos.

A política de incentivos fiscais deu certo. Nos primeiros dez anos de seu funcionamento, a Zona Franca movimentou capitais no Estado muito acima dos percentuais da década anterior, abrindo possibilidades de mão-de-obra para um número expressivo de famílias no comércio e na indústria. Antes da Zona Franca, o comércio exauria-se. Contava a cidade e o Estado com uma população de baixo poder aquisitivo. As práticas industriais

concentravam-se num parque incipiente, com a exceção da refinaria de petróleo da *COPAM*, obra nascida do gênio soberbo de Isaac Sabbá. Quando se contará a história deste insigne empresário da Amazônia?



**Figura 16** — Em reunião no gabinete do senador Petrônio Portela, no Congresso Nacional, espaço onde José Lindoso circulava com desembaraço, na discussão dos problemas nacionais e das questões políticas visando o desenvolvimento da Amazônia.

A idéia do governador José Lindoso era vincular os capitais mobilizados pelos incentivos fiscais, ao destino da economia regional, porque só assim, em sua concepção de futuro, a Zona Franca poderia responder aos elevados propósitos do Decreto-Lei 288/67, e a filosofia de integração nacional da *Operação Amazônia*. Os investimentos na região, para terem sucesso, sabia o governador, precisam de levar em conta o aspecto histórico

da formação humana e social das comunidades amazônicas, vocação que jamais foi agrícola mas extrativista, na aplicação de pesquisa que proporcione os investimentos capazes de viabilizar os empreendimentos, convertendo-os em fator de crescimento real.

Havia, ainda, a questão do empobrecimento do aparelho estatal que não possuía condições de atender à demanda dos serviços. A Zona Franca ampliou o volume de negócios, ao mesmo tempo em que, na essência de sua praticidade, exauriu o Tesouro estadual, com a política de incentivos fiscais, deixando incapacitado o governo de investir nas áreas de suas obrigações fundamentais da educação e da saúde, e dos serviços públicos, na esfera da urbanização das cidades. As ruas de Manaus, construídas no tempo do bonde elétrico e das carroças puxadas por animais, então freqüentadas por alguns ônibus e raros automóveis, padeciam da falta de estrutura para receber as carretas e os baús de tração pesada. O esburacamento das vias deixava-as intransitáveis. Havia necessidade de reforçar o Tesouro, para que o Estado pudesse responder às necessidades em benefício dos próprios negócios implantados na Zona Franca, no comércio e na indústria.

Por essas águas navegava o governador. E quando o temporal desabou, ele teve de conter os impulsos do seu temperamento polêmico para navegar com serenidade e levar a bom termo a operação. Este *agir* tinha sido fruto de um *ver*, como era do seu estilo, após o debate em sucessivas e exaustivas reuniões com auxi-

liares, técnicos, especialistas e políticos. Sabia ele que no âmago sofria a sociedade amazonense o trauma da decadência provocada pela desvalorização da borracha nativa. Esta história, que todo amazonense conhece de cor, pelas marcas indeléveis deixadas do fausto, o Teatro Amazonas, o Palácio Rio Negro, o Palácio da Justiça, entre outros monumentos e pormenores da arquitetura e do urbanismo de Manaus, mais a excelente rede de esgotos do centro histórico da cidade, sempre alimentou de saudosismo os amazonenses que viam na Zona Franca a possibilidade de recuperar o tempo perdido.

Mas a história não se repete sem adicionar à vida o conteúdo de novas experiências. A era do látex, suscitada pelos seringais nativos, um dia poderia ter fim. Homens de visão sabiam disto. Tanto que partiram para a aventura dos seringais de cultivo, como os da Fordlândia, que não vingaram. A natureza amazônica repudia as florestas uniformes. A floresta amazônica é formada de espécimes variados, cedros, sucupiras, maça-randubas, entre miríades de outras, e, também, seringueiras... Por isso, entre muitas razões, inclusive dos investimentos elevados em tecnologia, que viriam encarecer o produto, isolando-o da concorrência com a borracha importada, até a produzida na Bahia e em São Paulo, tornou os projetos de seringais de cultivo inviáveis aqui. Nem este panorama impediu, no entanto, ao governador José Lindoso de incluir nos seus planos de governo os grandes plantios de seringais.

Cabe, neste ponto, uma informação. A heveicultura animou as preocupações do professor José Lindoso desde muito

moço. Quando do cumprimento do mandato de deputado federal, conseguiu aprovar uma norma que “mandava o governo fazer uma avaliação do preço da borracha importada com a borracha produzida na Amazônia e essa diferença deveria ser aplicada pela SUDHEVEA na cultura dos seringais, num novo programa, numa nova tentativa”. Teve o projeto apoio unânime das bancadas do Amazonas, Pará e Acre, mas foi vetado pelo presidente Costa e Silva. Os parlamentares se mobilizaram para derrubar o veto, pois era preciso garantir à *Amazônia o direito de ter um fundo capaz de possibilitar plantação de seringais*. O deputado José Lindoso encontrou-se em audiência com o presidente, pedindo que revisse sua decisão, de modo a deixar que fosse restabelecida a obrigatoriedade da taxa, para que “a borracha importada não acabasse de vez com a borracha nacional”. O presidente Costa e Silva recebeu o deputado Lindoso com o costumeiro bom humor, estabelecendo-se no encontro o seguinte diálogo:

Disse o presidente:

*Deputado, o senhor acredita na borracha natural. O senhor não está vendo que a borracha sintética sai muito mais barata, e que o Brasil se prepara para a produção da borracha sintética?*

Replicou o deputado José Lindoso:

*O problema não é só da produção da borracha, Presidente. Eu acredito que a borracha natural tem um lugar especial, que não pode ser substituída pela borracha sintética (sabia o Deputado Lindoso que a borracha sintética não cobre toda a faixa do uso do látex. Só a borracha natural serve na fabricação de pneus aeronáuticos e de material cirúrgico e tecnológico). Mas, eu acredito, prosseguiu, que é dever do Governo garantir aos homens do meu Estado, aos homens do interior da Amazônia, a possibilidade de continuarem vivendo, de continuarem trabalhando porque o Amazonas e a borracha já deram muito para o Governo Federal.*



**Figura 17** — José Lindoso fala em encontro denominado Empreendimentos da Amazônia, realizado em São Paulo, no dia 23 de setembro de 1977.

A partir daí o caldo engrossou. O presidente e o ministro do Planejamento Hélio Beltrão, com o apoio dos cardeais da velha ARENA, reunidos com Rodon Pacheco, derrubaram o veto. O dispositivo garantiu o equilíbrio do preço da borracha natural e da borracha sintética importada, ou da borracha natural e a borracha natural importada do Oriente, de modo a garantir os

recursos, inclusive para poder a *SUDHEVEA* continuar o seu programa de heveicultura.

Com a Zona Franca a história seria outra. A economia da borracha fundou-se na sorte e nos azares das leis de uma natureza feroz e traiçoeira como a onça, que confunde os olhos como nos atarantam, pousados nos galhos das árvores, o camaleão e a borboleta. A economia da Zona Franca formou-se baseada numa lei elaborada a partir de uma decisão política de integrar ao país a região. A partir desse momento a Amazônia vinculou-se ao destino do Brasil. A economia do látex fugia ao controle dos homens, ao léu de uma natureza ignota; a da Zona Franca foi produto de uma decisão política, construída pelas próprias mãos dos homens de responsabilidade. Por isso, não aconteceria, como não aconteceu e não haverá de acontecer com a Zona Franca, o mesmo que sucedeu com a borracha, porque, também, os amazônidas deverão de estar vigilantes à solércia dos inimigos do povo, soltos por aí a prejudicar a vida. As mudanças que vem sofrendo o modelo ao longo destes mais de trinta anos, vieram para ajustá-lo às conjunturas nacionais, tão mutáveis e dinâmicas como as cascas das árvores, afinal, vive-se em território brasileiro, com legislação e estrutura jurídica nacionais. As medidas adotadas nas esferas econômicas e fiscais fatalmente hão de repercutir na Zona Franca. A intocabilidade do modelo concebe-se nos limites deste entendimento, ou credita-se à dialética adotada pelos seus defensores mais apaixonados. Havia necessidade de mudanças e o governador José Lindoso agiu atendendo a esses apelos.

Ele sabia que o instituto da Zona Franca de Manaus era uma obra permanente, correta, bem-sucedida. O interior da Amazônia esvaziava-se. Manaus, seu maior centro urbano, concorria não mais com Belém, mas com Santarém, a segunda cidade do lado oriental. Com a Zona Franca a coisa mudou. Elevou-se a renda per-capita do amazonense. A arrecadação do Tesouro estadual cresceu de modo astronômico. Mas o fortalecimento do Tesouro amazonense, no esforço de vincular os capitais mobilizados pela Zona Franca ao destino do povo, começou com o gesto de audácia política do professor José Lindoso, em mudar a legislação.

A lei do governador Danilo Areosa, simplesmente, oferecia cem por cento dos incentivos fiscais às empresas que se implantassem aqui. Justificava-se o comportamento do grande governador Danilo Areosa. A Zona Franca apenas amanhecia. O Estado do Amazonas devia ser o primeiro a acreditar no projeto, oferecendo o melhor na contrapartida fiscal, num gesto generoso.

O professor José Lindoso desejava um pouco mais. Doze anos haviam transcorrido. Com a coragem cívica alimentada por suas convicções, ele enfrentou a fera com destemor.

Fico a imaginar o clima reinante no auditório composto, na maioria, por tecnocratas e executivos empresariais, raros consultores, e bisbilhoteiros lobistas, da primeira reunião do Conselho de Administração da *SUFRAMA* a que compareceu como chefe do Executivo, no dia 3 de março de 1979. Chegou

logo afirmando que “a Zona Franca já esgotou a sua primeira fase experimental. Foram os seus primeiros dias. A consolidação deverá ser feita a partir de agora”.

Percebeu a audiência que vinha chumbo grosso por aí. Criticou a legislação vigente, caso da Instrução Normativa n.º 46/78, da Secretaria da Receita Federal, que, segundo ele, “além de se orientar para a produção de bens finais, consegue até mesmo desestimular a produção dos bens intermediários”. Sua intenção para a Zona Franca era criar perspectivas de estímulos à produção de bens intermediários, fórmula de consolidação do modelo, porque único meio de vincular os capitais movimentados ao destino da economia amazônica.



**Figura 18** — O senador José Lindoso preside sessão do Senado Federal, na qualidade de seu primeiro vice-presidente.

Referida reunião estava presidida pelo ministro Mário Andreazza, com a presença de todos os conselheiros, em geral cobras criadas de Brasília, e as altas autoridades dos Estados da Amazônia, boiúnas daqui mesmo...

Mas prosseguiu o governador:

*O meu governo está preocupado com a destinação do capital aqui formado. É desejável que a maior parcela do lucro gerado na Zona Franca de Manaus, seja reaplicada no Estado do Amazonas. Muitas empresas têm organizações distribuidoras de sua produção sediadas no sul e o resultado de seus negócios é para ali destinado.*

E arrematou: “somos pobres, damos incentivos e, paradoxalmente, exportamos capital para o sul rico e próspero”.

Arregaçou as mangas. Partiu para a luta. Encaminhou a lei de incentivos fiscais que mereceu aprovação unânime na Assembléia Legislativa. O que determinava esta lei? Deixemos que o próprio governador explique:

*Estabelecemos um processo de retenção. Ano a ano, da parcela de incentivos fiscais, um percentual deve ser aplicado em setores visando à integração da Zona Franca através de indústrias de bens intermediários, da exploração do setor primário por diversos modos, inclusive através de granjas empresariais. Para que se possa estabelecer um entendimento dessas empresas que estão recebendo recursos e esses são, de um modo geral, levados para o sul do país, nós realmente incentivamos, nós realmen-*

*te produzimos, mas o que fica de fato na região são apenas os dez por cento da rubrica de salários. E nós queremos que fique mais alguma coisa. Que fique com o empresário o seu engenho, a sua capacidade empresarial. Que fique com o Governo a mobilização do setor primário, porque nós precisamos construir uma sociedade, uma sociedade hígida, uma sociedade sadia. Nós precisamos aproveitar a oportunidade histórica que o Brasil nos oferece através dos incentivos fiscais, para se voltar para isso, para que nós possamos corresponder àquilo que é o nosso dever para com o Brasil: fazer o Amazonas grande, fazer o Amazonas com suas potencialidades econômicas bem desenvolvidas, na afirmação da capacidade do homem brasileiro nessas paragens da Amazônia sul-americana.*

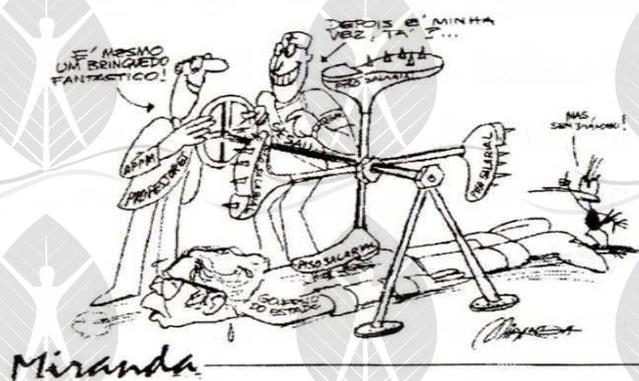
Foi uma grande vitória do povo. Tinha o governador José Lindoso consciência de que a Zona Franca deveria ser operada pelos empresários e pelo governo. Com engenho empresarial e patriotismo. E se deu certo o projeto credite-se o lucro ao desempenho da iniciativa privada e dos homens de governo, que souberam, com os capitais fomentados pelo modelo, desenvolver a cidade de Manaus e o Estado do Amazonas, possibilitando que se beneficiasse do sucesso da política toda a Amazônia Ocidental, os Estados de Rondônia, Roraima e Acre. O empresário foi competente na geração da riqueza; o governo eficaz em oferecer condições de crescimento do setor primário e na organização do meio urbano. Nestes trinta anos de Zona Franca a cidade de Manaus cresceu em torno de trinta mil habitantes por ano, uma cidade amazônica, portanto, a cada ano. Nem por isso essa gente toda deixou de encontrar abrigo em Manaus. Não houve

no Brasil cidade que tenha crescido nesse mesmo ritmo e, de todas, Manaus continua sendo o aglomerado humano do seu porte menos problemático, em termos nacionais.

Com a reformulação da política de incentivos fiscais, o governador José Lindoso fez a sua parte ao plantar esta semente.

## Capítulo VI

Os momentos mais importantes em sua vida foram marcados pela crença em planos superiores. O humor, também, era um traço nítido em sua personalidade. Gostava de brincar com os interlocutores, mas ele mesmo, às vezes, não se poupava em sublinhar o lado facetado da própria imagem. Levado pela fama de religioso, punha-se a se autodenominar de papa-hóstia, expressão usada até pelos católicos para satirizar os freqüentadores constantes do sacramento da Eucaristia.



**Figura 19** — José Lindoso via com simpatia e boa vontade a interpretação da imprensa sobre os seus atos de homem público. Nesse ambiente os homens de imprensa criavam situações como as do chargista Miranda, do Jornal A Crítica, mostradas aqui.

Mas, o humor não lhe desdourava a austeridade. Nascido em berço cristão, com dois irmãos padres e uma filha freira, sua posse na Chefia do Executivo ele escolheu que fosse num ato litúrgico em praça pública, sob as bênçãos das duas forças dominantes em seu caráter: a religião e o povo.

Durante o governo, quando as datas mereciam celebração, nas Missas eram celebradas. Prócer do apostolado leigo nos primórdios da Manaus da década de quarenta, militou, ao lado de brilhantes líderes intelectuais, sob o entusiasmo contagiante do bispo dom João da Matta Andrade e Amaral, nos rumos da construção de uma sociedade mais justa e fraterna. A doutrina social da igreja, fundada por Leão XIII com a célebre encíclica *Rerum Novarum* e o carisma de João XXIII no processo renovador promulgado no Concílio Vaticano II, em plena era contemporânea, marcaram sua ação política no parlamento e no governo. Possuía claro entendimento da busca incessante do equilíbrio entre o pensamento e a realidade.

Num dos seus pronunciamentos, afirmou:

*A linha de humanismo cristão a que me propus não me permite a veleidade de posições inflexíveis. Não tenho, no entanto, aberto mão das linhas norteadoras de uma ação que se perderia no vazio se não visasse, em primeiro plano, ao bem-estar do homem e de sua família e nem vou abrir mão das prerrogativas de Chefe do Executivo ao sopro de interesses de qualquer espécie.*

Em outro lugar, ele reafirmou esta profissão de fé:

*Um líder católico caracterizou a verdadeira civilização como racional e espiritual. É humana em suas manifestações e divina em seus fundamentos.*

Noutra circunstância, um pensador ensinou que o espírito necessita de uma boa pista para alçar vôo. Por essas veredas o governador caminhava:

*Quero pão e esperança para o meu povo.*

*Pão para garantir a força dos músculos na ação do trabalho. Na luta pela produção. No combate ao pauperismo. Pão para garantir o desenvolvimento físico e intelectual das crianças pobres, dos moços. E esperança. Esperança para que cada pessoa, organizando o seu projeto de vida, procure realizá-lo com a grandeza dos sonhos limpos e generosos como as nossas planuras verdes.*

A esperança era uma das virtudes cultivadas pelo professor Lindoso. Afirmava que esperar é o melhor verbo da Língua Portuguesa. No seu lema de Governo *o amanhã será melhor*, que muitos viam como sinal de timidez, porque um governo precisa resolver os problemas de hoje, residia o conteúdo de esperança distintivo em sua ação. O pensamento voltado para soluções imediatistas, em regra, leva para o terreno lodoso do pessimismo. Todo dia as coisas mudam e se transformam os sentimentos. O hoje é superado e só o amanhã possui o privilégio de abrir ao homem os horizontes do bem-estar espiritual, sem o que a vida se converte em algo monótono e triste. O amanhã combate o derrotismo, tornando o ser mais ágil, visto o ceticismo conduzir o homem a se embaraçar com a vida, tal como acontece com o mau pescador, para quem até os anzóis atrapalham.

O entusiasmo no trabalho e a coragem ao enfrentar a qualquer espécie de dificuldade, resultavam-lhe como essência da força da esperança.

Noutro passo dos inúmeros discursos que um chefe de Estado precisa pronunciar, o governador José Lindoso foi mais explícito:

*No evangelho está bem escrita a posição do rico, mas é preciso ter consciência de que as grandes concentrações urbanas, na sua periferia, são compostas de homens carentes de pão, carentes de casa, carentes de um pedaço de terra para fazer uma barraca e carentes de escolas, amor e solidariedade..*



**Figura 20** — Na Missa o governador José Lindoso quis celebrar a sua posse e as Missas marcaram as datas mais significativas de sua administração. Nesta foto o seu irmão pe. Moisés, distribui a Ceia Eucarística com a participação do chefe do Poder Executivo e a primeira-dama, d. Amine Daou Lindoso.

O amor, neste discurso referido pelo governador, é o amor cristão, a caridade, sua mais alta forma de manifestação, que transcende o intercâmbio do prazer sensorial, pelo gosto mais elevado do servir.

A formação religiosa do professor José Lindoso fundamentou-se em princípios hauridos em casa, *nas crenças de minha mãe*, como deixou expresso neste verso do poema *a viagem*, incluído no discurso de transmissão de cargo no Palácio Rio Negro. O nosso cristianismo é folclórico, baseado na tradição da família brasileira, mas revigorado pela fé inabalável das mães que todos os dias acalantam o sono dos filhos e lhes ensinam a balbuciar as primeiras orações da noite.

Sucedede que o governador José Lindoso teve oportunidade de aprender um pouco mais do cristianismo, da filosofia e da doutrina, militando nas hostes da *Ação Católica*, àquela época maciçamente informada pelo *neotomismo*.

O Papa Leão XIII, que exerceu o pontificado por longos vinte e cinco anos, grande humanista que era, antenado com a questão operária que inquietava o século e a situação da própria igreja, nesse mar de contradições, ante as luzes do Século 20 que se anunciava, editou a célebre encíclica *Rerum Novarum*, em 1891. Nesse mesmo tempo Marx lançava as bases de sua filosofia com *O Capital*, obra que começou a ser publicada em 1867 e terminou em 1910, quando o filósofo já tinha morrido. Fez mais o Santo Padre dos operários. Abriu os arquivos do Vaticano aos estudiosos e exegetas, impondo, em 1879, os estudos da filoso-

fia de São Tomás contra a mediocridade do nível intelectual reinante nos seminários. Nos colégios formadores de sacerdotes católicos nasceu o *neotomismo*, a que Jacques Maritain dedicou a vida e gerou, na literatura, o movimento católico francês em que se projetaram figuras da nomeada de um Leon Bloy, Paul Claudel, François Mauriac, George Bernanos, entre tantos ensaístas e poetas, romancistas e pregadores, que os intelectuais católicos amazonenses conheciam no original, numa extensão às mudanças provocadas no Brasil pelo *Centro Dom Vital*, organismo que aglutinou a nata dos homens de pensamentos católico de então, liderada pelo escritor e pensador Jackson de Figueiredo, fundador do *Centro* e da revista *A Ordem*, que exerceu lúcida influência na vida brasileira, com a militância de Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção, na pintura de um Ismael Nery, na obra de Jorge de Lima e Murilo Mendes, que elegeram por lema a restauração da poesia em Cristo.

Bom democrata, não obstante as suas convicções religiosas, o professor José Lindoso não se fechava aos estudos de outras correntes filosóficas, delas tirando lições que acabavam por informar sua ação. Estudou com seriedade o *marxismo* e, junto à orientação das linhas da Doutrina Social da Igreja, inaugurada por Leão XIII com a *Rerum Novarum*, construiu o corpo de sua pregação política e do seu estilo de governo.

Noutra seqüência deste ensaio, falaremos um pouco mais sobre a sua filosofia de ação. Se tratamos do assunto no momento em que se fala de sua condição de homem de fé, é porque as

duas situações se imprimiram de tal forma em sua personalidade que seria improdente separá-las. Afinal a democracia moderna, com o estado de direito que determina que todos são iguais perante a lei, converge-se para o mesmo ponto a que visam os objetivos do marxismo que preconiza o ideal de uma sociedade sem classes. Filhos todos do cristianismo e da cultura ocidental...

Não se furtava a conversar com jornalistas, numa postura sem reservas, descontraído, sem medo. Seu desejo maior era comunicar-se, e, quando um repórter pediu que se definisse, não titubeou:

*Eu? Sou gente. Cristão, professor e político, porque me sinto impelido por um propósito de servir.*



**Figura 21** — Na Missa o governador José Lindoso com a esposa Amine e as filhas Clara Maria e irmã Lilliana.

No lidar com as pessoas, correligionários ou não, o professor José Lindoso observava princípios cristãos, igual como agia quando com a coletividade. Era incontível a posição polêmica em seu temperamento, se contrariado naquilo que considerava essencial.

Certa feita, no auge dos debates do processo sucessório estadual, despontou nos noticiários a figura de um oficial militar patrocinando candidaturas contrárias às defendidas pelo professor, no mesmo partido. Ao ser indagado por um jornalista sobre o evento, o professor Lindoso não pestanejou: *esse cidadão entende de espingarda, de política entendo eu.*



**Figura 22** — Entre jornalistas no Comitê de Imprensa do Congresso Nacional, ambiente muito cultivado pelo político José Lindoso, por considerar este o instrumento mais eficaz de comunicação com a sociedade, a quem o homem público deve prestar contas dos seus atos.

Outro caso foi narrado pelo jornalista Dário Macedo, no *Correio Brasiliense*, da capital da República, e que transcrevo com os pontos e as vírgulas:

*A seu respeito circulavam várias estórias que teriam guardada em qualquer manual de nosso folclore político. Inclusive uma que o envolveu com o Governador João Walter de Andrade, que o recriminara por comparecer a uma reunião da ARENA trajando roupa esporte. O então Governador, segundo o relato, lembrou-o que aquilo era um fato gravíssimo porque 'é assunto até de segurança nacional'. Bom pessedista, ouviu a recriminação do Governador e prometeu, solene: 'Daqui para frente só irei às reuniões com paletó e gravata'. E cumpriu. Um belo dia, isto é, dois anos depois do Governo João Walter e quando o dirigente amazonense se motivara para as lutas políticas, recebeu convocação para um encontro da ARENA com o Governador. Foi. Lá chegando, para surpresa sua, estava João Walter de Andrade cumprimentando alegremente a todos. E o que é mais grave, em mangas de camisa. E Lindoso 'enfatiotado'. O Governador ao vê-lo lembrou-se de dois anos atrás. E foi se desculpando:*

*— Ora, deputado, desculpe. Vim de roupa esporte porque o calor está grande...*

*Lindoso, que esperava a ocasião, não teve papas na língua:*

*— Que nada, Governador, não tem importância. V.Exa. pode muito bem andar como bem o deseje. Eu é que não posso. Senão pode dar lei de segurança nacional. João Walter perdeu a esportiva'.*

O professor José Lindoso não gostava de enfrentar situações como estas. Ele mesmo dizia que *o relato de fatos pitorescos pode ferir pessoas e isto divide e humilha.*

Maquiavel separou a ética da política, para melhor es-

tudar as relações entre as pessoas e os interesses do Estado, questão mal interpretada pelos simplistas que tentam transformar a política em matéria de sem-vergonhice. O professor José Lindoso batia de frente com os paladinos do pensamento distorcido do mestre florentino. Para ele a ética devia comandar a ação política. Tantas vezes foi preterido, pelo menos duas quando aspirou à governança estadual, exatamente porque, antes da realização do projeto, antepuseram-se-lhe óbices éticos a obstruir os caminhos de seu grande ideal.

Era cristã a origem de suas preocupações com a natureza.

Os movimentos de preservação da natureza começaram no norte da Europa, radicalizados pela Reforma Protestante.

Nesses países a legislação é severa e fiscalizada com rigor, para impedir que as iniciativas do setor público ou privado afetem os bens da vida, depredando a natureza. É que as correntes de pensamento fundamentadas pela Reforma, os luteranos e calvinistas, por exemplo, acreditavam que, para ganhar-se a vida eterna é preciso que primeiro se ganhe a terrena. A terra precisa, por isso, de ser bem tratada, o meio ambiente conservado de forma a proporcionar aos homens alegria de viver. No sul da Europa, onde, nos primórdios, não vingou o espírito da Reforma, os cristãos ansiavam pela conquista da vida eterna, exorcizando os prazeres terrenos, sedentos de céu, negligenciando, assim, sobre o destino da natureza.

Houve um homem que se notabilizou na defesa do meio ambiente, antes dos próceres da Reforma. Foi São Francisco de

Assis, já no século 13, alvorecer do Renascimento, que ao valorizar os pequenos e os pobres, elevou em níveis de alta espiritualidade a relação homem-natureza, irmanando-se aos peixes e às aves, ao lobo e ao coelho, protegendo os espaços da sua morada, os rios e as florestas. O santo foi logo elevado à qualificação de *Padroeiro do Meio Ambiente*, exemplo de respeito à natureza.

O franciscanismo era uma das devoções mais influentes no pensamento do professor José Lindoso. Quando defendeu, com o ardor próprio do seu coração, os projetos de plantio de seringueiras e de dendê, da criação de peixes e tartarugas, era São Francisco de Assis que o inspirava. Clara, sua filha mais nova, recebeu este nome em homenagem à Santa Clara, a jovem bem-nascida que abandonou tudo para viver o espírito do *povorello*.

Ao encerrar o discurso de posse da Chefia do Executivo, na Assembléia Legislativa, o governador Lindoso reafirmou que sua ação política no governo teria um cunho “espiritual, nos planos da fé, pelo pluralismo das religiões, pelo respeito ao direito de crer”. Não era o Professor Lindoso um sectário, nem em matéria de fé, mas um obsedado em realizar obra fundamentada na “civilização do humanismo. Iluminada pela liberdade de ser e de fazer, no equilíbrio ditado pela Justiça, fonte perene da paz e da ordem”.

Ao levantar os olhos numa visão acima do topo da floresta, no mínimo, ele localizava que esse “ponto distante no horizonte da imaginação pode perder-se nas medidas do tempo sem tempo”.

## Capítulo VII

Várias vezes o ouvi proclamar ter nascido na beira do rio, numa família de trabalhadores da terra. Mais tarde constituiu família e manteve dignamente os filhos. Era tal o apelo de simplicidade em sua vida, que o professor Onias Bento, um dos amigos diletos, brincava dizendo que ele queria ser mais padre que o irmão Moisés, um dos sacerdotes de maior cultura e elevadas virtudes de sua geração.

Ao assumir o cargo, no Palácio Rio Negro, registrou os traços de sua origem:

*Este discurso tem gosto de poema e sabor de liberdade. Sou um homem nascido no interior do Estado. Só conheci a cidade aos 12 anos. Lá o horizonte é mais distante, o céu mais céu. O verde é mais verde. E o rio é um eterno caminhante.*

No governo muito conviveu com os seus irmãos do interior. Nos três anos do mandato, passou um viajando pelos beiradões do Amazonas. Fez-se presente em todas as sedes municipais, fazendas e sítios, inúmeras vilas e povoados, alguns hoje transformados em sedes municipais.

Nas suas andanças, na hora de comer, nada de mesa sofisticada. Entre uma travessa de maionese e uma banda de tambaqui moqueada, ele ficava com o peixe temperado com limão, pimenta-murupi e farinha amarela. Na sobremesa não va-

## Capítulo VII

Várias vezes o ouvi proclamar ter nascido na beira do rio, numa família de trabalhadores da terra. Mais tarde constituiu família e manteve dignamente os filhos. Era tal o apelo de simplicidade em sua vida, que o professor Onias Bento, um dos amigos diletos, brincava dizendo que ele queria ser mais padre que o irmão Moisés, um dos sacerdotes de maior cultura e elevadas virtudes de sua geração.

Ao assumir o cargo, no Palácio Rio Negro, registrou os traços de sua origem:

*Este discurso tem gosto de poema e sabor de liberdade. Sou um homem nascido no interior do Estado. Só conheci a cidade aos 12 anos. Lá o horizonte é mais distante, o céu mais céu. O verde é mais verde. E o rio é um eterno caminhante.*

No governo muito conviveu com os seus irmãos do interior. Nos três anos do mandato, passou um viajando pelos beiradões do Amazonas. Fez-se presente em todas as sedes municipais, fazendas e sítios, inúmeras vilas e povoados, alguns hoje transformados em sedes municipais.

Nas suas andanças, na hora de comer, nada de mesa sofisticada. Entre uma travessa de maionese e uma banda de tambaqui moqueada, ele ficava com o peixe temperado com limão, pimenta-murupi e farinha amarela. Na sobremesa não va-

cilava, ante um recipiente com creme de leite ou pudim, escolhia uma banana-pacovã assada e coberta com manteiga e canela.

Nessas viagens ele queria era ouvir o povo. Uma vez presidiu reunião que começou à boquinha da noite e entrou pela madrugada a fora, tratando de assuntos das comunidades da beira do rio. Aquilo tudo era anotado para providências concretas ao chegar a Manaus.

Seu maior cuidado era fazer-se acompanhar das lideranças de cada lugar a ser visitado. Os deputados, os prefeitos, os vereadores, ou os postulantes a tais afazeres. Ele ensinava que o governo é um fazer político. É obra de quem está sintonizado com os desejos, as aspirações, as carências da coletividade. Tinha disto plena consciência, mas repudiava o mandonismo espúrio e o caciquismo festivo, a liderança triunfalista que se esvazia antes mesmo que se derretam nas chuvas as bandeirinhas de papel colorido dos palanques, e se desfaça nos ventos o fumo dos rojões e dos fogos de artifício...

Com o gosto com que ouvia os representantes comunitários, ele escutava os amuos das lideranças em conflito. Sabia que, no destrançar das intrigas partidárias, do jogo menor do fisiologismo eleitoreiro, estava a ajudar a própria sociedade a se beneficiar do concurso de todos em torno dos mesmos objetivos. Porque agia movido pela vocação, também, de educador.

O homem da Amazônia, o caboclo, é de uma paciência invulgar. Na espera de um pirarucu ou de um peixe-boi no

boiadouro, ele se detém horas a fio de hâstea em punho, no maior silêncio para não espantar a embiara, de cócoras na proa da montaria, esperando que o peixe bóie e então possa arpoá-lo. Às vezes acende um cigarro de tabaco forte e fica ali, imóvel como um pedaço de pau, impávido ao zumbido dos insetos abelhudos que lhe venham atazanar os ouvidos.

O professor José Lindoso apreendera a paciência do homem do rio. Ouvia e ouvia as pessoas, horas e horas, mas com a agravante de sair desses confessionários com a decisão definitiva, irreduzível em seus alicerces. Ninguém o demovia de suas posições.

Para ele, esperar era o melhor verbo da Língua Portuguesa.

Pouco viajei com o governador, nem para experimentar o exotismo do interior da floresta, as barrancas dos rios, porque afinal ali nasci e por ali palmilhei até minha adolescência, nem para gozar as delícias das missões no exterior, porque durante o governo, ele fez, pelo menos, duas viagens para fora, uma ao Japão e outra aos Estados Unidos. Comportamento fácil de explicar. Não me sinto confortável dentro de um avião. Sou um ser da terra e da água. O céu talvez eu pudesse escalar se tivesse vingado e dado certo o sonho lendário de Ícaro, ao fugir do labirinto de Creta...

Que o leitor me perdoe esta divagação boba. Mas foi isto que me impediu de acompanhar o governador Lindoso nas suas vilegiaturas eletrizantes. Das poucas que fiz lembro-me de duas.

Uma de motor de popa, pequena embarcação muito usada nos rios da Amazônia. O piloto e nós dois constituíamos a lotação completa do barco. Atravessamos o rio Negro, em frente à Manaus, na manhã de um dia de verão em que o breu das águas se agitava um pouco mais, fazendo estalar o casco de alumínio da minúscula embarcação. Vínhamos de um comício realizado na noite anterior em Manacapuru, com o compromisso de participar de outro em Manaus, na noite seguinte, uma grande concentração popular na tradicional Praça 14. O fato extraordinário é que ia ali, naquilo que se poderia apelidar de barco de papel, um senador da República, na época vice-presidente do Congresso Nacional, quinta maior autoridade na hierarquia do poder central...

Outra foi de avião. De *boing* de Manaus a Rio Branco do Acre, com escala em Porto Velho, Rondônia, durante mais de duas horas de vôo. Depois, num velho catalina anfíbio, da capital acreana para a cidade amazonense de Ipixuna. Vôo, também, de duas horas, mas debaixo de uma chuva copiosa como ocorre acontecer por aquelas bandas da floresta densa. Coberto de nuvens, cerrado o céu, o avião teve de flutuar a poucos metros de altura para permitir ao comandante orientar-se na paisagem e não se perder nos céus molhados da Amazônia. Havia goteiras a bordo. Ia ali todo o secretariado do governo, os presidentes das estatais e os comandantes militares. Os passageiros se entreolhavam aterrorizados. Os experientes, mais tranquilos; os noviços, à beira do pânico... E o governador, serenamente, lia uma revista aos solavancos da turbulência. Antes de alçar vôo no aeroporto

de Rio Branco, ante a dúvida de prosseguir face o mau tempo, o governador tranqüilizou a todos de que tudo iria dar certo.

Ao chegar a Ipixuna, verificou-se que o rio estava enchendo e as toras de árvores caídas flutuavam à tona das correntezas. O catalina, que pousa em terra e n'água, ao aquatizar, poderia até partir-se ao meio nos encontrões daqueles troncos tombados. Graças à perícia dos tripulantes da aeronave e as mãos de Deus, conseguimos chegar e partir sãos e salvos.

Na cidade de Ipixuna o governador conseguiu driblar e livrar-se das solenidades oficiais que só servem para isolar os governantes dos problemas reais da população. Ele buscava o diálogo de perto, objetivo e pronto às soluções. Nada de conversa fiada ou nhém-nhém-nhém empolado. O governador José Lindoso nutria-se na sua ação com a vivência de sua gente, a sabedoria e as intuições do povo.

Já em terra, passada a borrasca, e exercitando o seu bom humor, ele contava o fato adicionando que o avião voara tão baixo, que permitia ver os macacos nas árvores de galho em galho...



**Figura 23** — O governador José Lindoso é cumprimentado no dia de sua posse entre o povo, sob as vistas do cel. Osório Fonseca Neto, chefe da Casa Militar.

## Capítulo VIII

A impessoalidade marcava o processo administrativo do governador José Lindoso. Sua meta era realizar o bem comum. Na escolha dos auxiliares a vontade pessoal abria vez para esta metodologia. Muitos dos secretários do seu governo ele os conheceu no momento da primeira entrevista. Pesava na escolha a qualificação técnica e a sensibilidade política. Não valia o ânimo contra o proveito da coletividade. Pregava que *não há compromisso, não há companheirismo, não há interesse que possam se sobrepor ao interesse do povo, aos interesses maiores do Estado.*

Este método de escolha foi praticado com a maior segurança. Exortava os companheiros a agirem com liberdade, dando asas à imaginação criadora, mas numa linha de unidade, no exercício claro da democracia, com a coerência de esforços que não se pulverizassem na dispersão. Tudo feito com responsabilidade, pondo em uso os mecanismos da autocrítica, no cuidado com os dinheiros públicos que era a primeira recomendação.

Criou uma auditoria de controle interno, complementar, num primeiro momento e mais próximo à execução da despesa, aos procedimentos de controle externo de competência do Legislativo, tudo no esforço de proteger o erário. O mais ele deixava a critério de cada um. Da consciência cívica, da educação política de cada cidadão eventualmente investido do poder gerencial da obra pública.

Acreditava nos valores positivos do homem de que todos são honestos até provas em contrário. O poder ele exercia nos limites da lei. Só podia o que podia a lei. E afirmava: “Ninguém se julgue dono do destino de ninguém”. Todos são fiadores dos próprios atos e um dia deles hão de prestar contas aqui ou no além... Foi contundente ao dar posse aos dirigentes do banco do Estado: “Confio inteiramente na diretoria recém-empossada e a ela, exclusivamente, defiro a responsabilidade pelas operações de qualquer natureza”.

Numa outra oportunidade, as perorações do campeão assestaram o espírito da Federação Brasileira que deveria restaurar-se com a distensão do movimento de março. Afirmou o governador José Lindoso, num encontro da União Parlamentar Interestadual, em 22 de agosto de 1980:

*...um dos problemas mais sérios que nós dos Estados temos que enfrentar, é uma re colocação do espírito da Federação Brasileira, dentro de uma realidade madura, que possibilite, não a competição entre os Estados, mas a afirmação da identidade cultural de cada unidade da Federação, como uma expressão da eternidade da história.*

Superada a conjuntura política de 64, o centralismo exacerbado de Brasília, o sentido de Federação foi restaurado em termos de *reformulação da teoria política, mas não é praticado no desenvolvimento das atividades administrativas.*

O governador José Lindoso, no esforço de pôr em prática o espírito da Federação, reclamava da competência da União em legislar sobre assuntos próprios da autonomia política dos Estados. O caso, por exemplo, da pesca interior. Os Estados da Amazônia não podem legislar sobre este tema, sendo o seu papel apenas ancilar, de simples agente fiscalizador da aplicação da lei e das normas concebidas nos gabinetes gelados de Brasília. Por isso, tal legislação contempla só a pesca atlântica, deixando à sorte de comandamentos jurídicos de graus inferiores, resoluções, portarias, etc., a pesca dos mares de água doce da Amazônia...

Reivindicava uma posição melhor para a sua terra. O governador José Lindoso pensou nos dias de sua vida um Amazonas grande, sarado das mazelas assinaladas pelos acidentes da história, fator, afinal, que não se desenha como atributo peculiar ao amazônida, mas de todos os povos do mundo. A história se constrói com sucessos e insucessos. O necessário é que se pense alto, um pouco acima de nossa precária condição humana. Assim pensava o governador:

*Devemos levantar as nossas vistas numa linha de grandeza: devemos nos libertar do negativismo, a nossa geração deve ter consciência de que devemos construir esta cidade para que ela desempenhe o seu papel no ano 2000. Precisamos tentar uma cidade de Manaus, pelo menos 25 anos à frente. Só assim, realmente, o administrador político se redimensiona num parâmetro do tempo e ganha realmente um lugar na história.*

Idealizava um município forte. Tinha o sentimento de que a solução para o uso racional dos espaços da Amazônia estava no municipalismo, porque o município é uma unidade político-administrativa mais leve de levar. Repudiava a idéia da redivisão territorial em Estados. A estrutura burocrática do Estado é muito cara, por isso inviável numa região pobre de recursos pecuniários. É preciso garantir a presença do homem na floresta, do homem ciente dos valores e do funcionamento dos ecossistemas regionais. Sabemos que grande parte das águas dos nossos rios é produzida pelas árvores, pelo magnífico mar verde da floresta. Sem a floresta morrem os rios. Fica o deserto. Um novo Saara. O município é a solução. Ele pode oferecer ao homem as condições básicas de sobrevivência na proteção à saúde, na educação, na condição cívica do registro civil, do gozo dos direitos individuais e do conforto do saneamento e dos serviços públicos. O município proporciona-lhe oportunidade de ser feliz, nas atividades criadoras do próprio destino, mantendo vivos a floresta e os rios.

Estudioso dos problemas brasileiros desde mocinho, o professor José Lindoso, nos meios em que circulou, sempre foi convocado a formular princípios de ação, diretrizes e normas de conduta. Cabeça filosófica, só se contentava com o pensamento fundamentado em princípios científicos ou formulações bem intuídas. Arredondava os períodos do discurso, dotando de bom acabamento a emissão do raciocínio. Gostava de dissecar os temas em apreciação, tanto que ficavam demorados os seus despa-

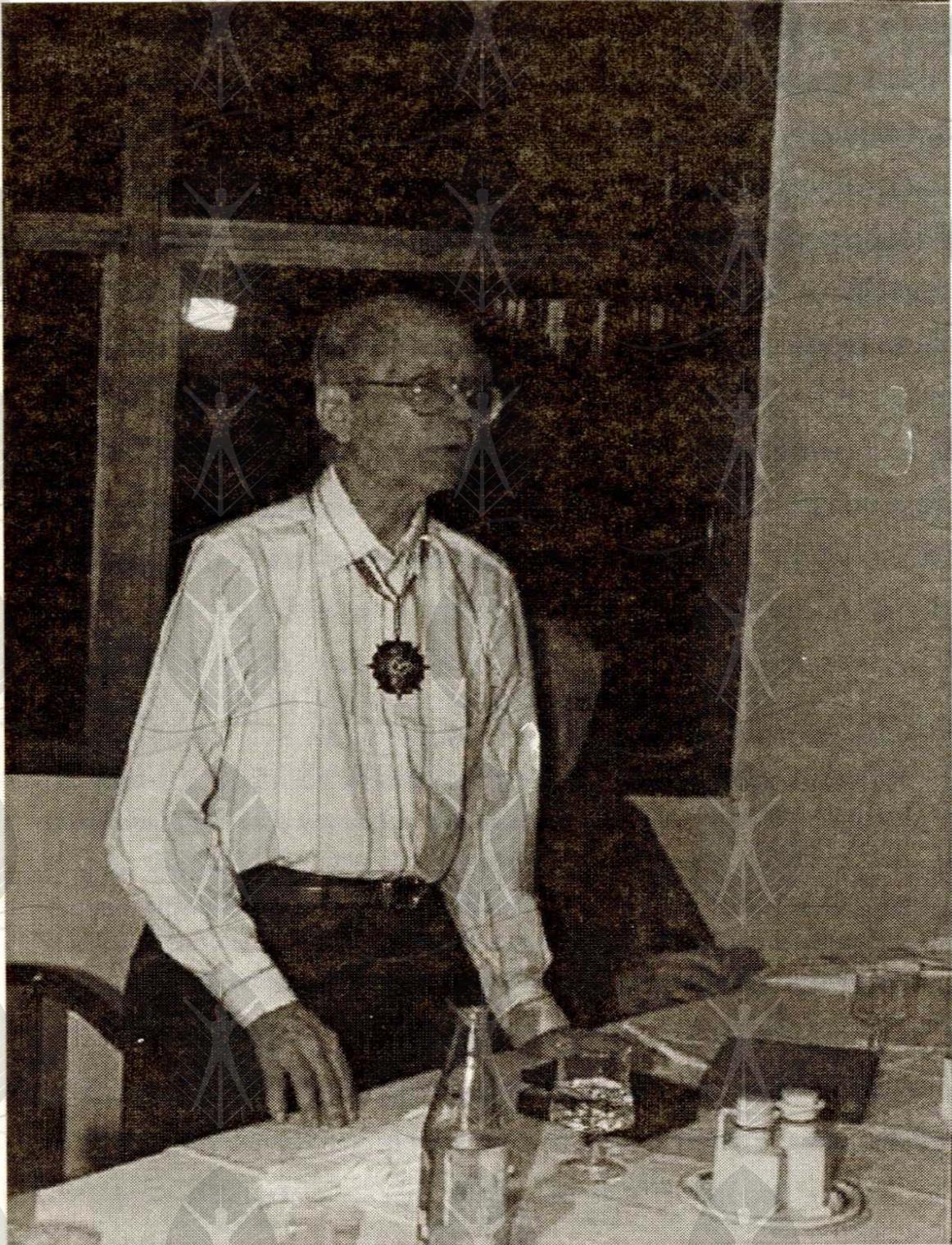
chos de trabalho. Os administradores de sua agenda ficavam tontos para controlar as audiências, no sentido de cumprir os horários das partes interessadas.

Ele interpretava o movimento de 64, à luz dos estudos da história política brasileira, como a retomada e o prosseguimento da revolução de 30. Ideologicamente, reacenderam os ideais dos antigos tenentes os generais amadurecidos no serviço da Pátria.

Chegando ao governo no apagar das luzes do movimento de março, sob os halos da abertura democrática, em 1979, o professor José Lindoso proclamava, na convenção do seu partido:

*Não pretendo concorrer ao Governo na base do jogo de influências ou de simpatia, ou das perspectivas de atendimento a interesses deste ou daquele grupo, na subalternidade da tessitura das ambições menores. Quero que o meu Partido e o povo do Amazonas me concedam um apoio alto, lícido, consciente, em função de ideais e propósitos, face não só aos encargos do Poder Executivo, mas, e, principalmente, ante a fascinante responsabilidade de abrir avenidas no pensar e no fazer a história dos homens desta terra.*

Ganhou as eleições e deixou no governo várias sementes plantadas, principalmente no terreno das idéias.



**Figura 24** — José Lindoso no último pronunciamento que fez numa homenagem prestada por seus amigos em Manaus.

## Capítulo IX

Motivado por circunstâncias de trabalho, pois passou a lecionar *Introdução ao Direito* na Universidade de Brasília, seus últimos dias o professor José Lindoso viveu na capital da República. Sua derradeira viagem ao Amazonas desejou que fosse em torno de um passeio de barco no rio Negro, uma boa tartarugada e um encontro de confraternização com os amigos. Tudo foi feito de acordo com a sua vontade. Seus admiradores se desdobraram para que a programação corresse bem, nos graus de seu desejo. Debilitado pela doença, teve forças, no entanto, para proferir, de improviso, um longo discurso de agradecimento, com tal vigor, recheado de tantas idéias, que deixou a impressão de estar voltando à cena política. Mas, após esse encontro de confraternidade, imagem de tantos outros tão marcantes em sua vida, ele partiu e não mais voltou. Era o seu adeus!

O entusiasmo observado no discurso bem demonstrava o estado de espírito de que ficava possuído quando em contacto com a terra e sua gente.

Era um homem de família. Acreditava no papel positivo de um grupo familiar bem constituído. Sua opinião era de que em ambiente assim todos passam a render mais, muito mais.

Tanto acreditava no envolvimento da família nas responsabilidades do trabalho, sem confundir esta atitude com qualquer forma de nepotismo, repudiado por uma questão de princí-

pios, que, ao montar o seu governo, reuniu, durante três dias e três noites, num local reservado para isso, os executivos arregimentados e suas esposas, num exercício inédito de interação com as grandes linhas do plano de governo e o esforço de tornar aqueles cidadãos mais próximos entre si, e mais companheiros na jornada que ali se iniciava.

Em casa, em família, sob a sombra da grande árvore, era cordial e austero. Do comportamento do mestre dá um perfil o seu neto Sérgio Lindoso Baumann, terceiranista de Direito, da Universidade de Brasília: “E, felizmente, saudade não foi a única coisa que nos deixou. Sabedoria, disciplina, força de vontade, coragem e a humildade dos grandes ao ensinar e demonstrar que o melhor general não é aquele que vence as piores batalhas, mas aquele que vence a si mesmo. José Lindoso não apenas venceu as batalhas mais difíceis entre a consciência e o ofício, entre a razão e a emoção, mas o fez com louvor. De origem humilde, veio de Manicoré à conquista de seu Amazonas, do qual foi digno representante no Legislativo e no Executivo. Homem das leis, soube como poucos diferenciar legalidade de legitimidade, e professor dedicado, formou gerações de juristas que sabem o que é a arte do bom e do justo. Cumpriu com a sua palavra e realmente deixou uma herança maravilhosa. Sete filhos e catorze netos que mais do que orgulho sentem prazer em afirmar que descendem do grande general de doze estrelas; metade pajé; metade caçador; agricultor dos morangos gigantes de Manicoré; exterminador de jacarés; domador de marimbondos; irmão, pai, esposo e avô querido e lembrado”.

De formação jurídica, o professor José Lindoso listava-se entre aquelas pessoas sabedoras de que a inutilidade dos conhecimentos de poesia e música, e de outras tantas formas de arte, possuem a faculdade de aguçar a sensibilidade e melhorar o instrumental do diagnóstico clínico, da tese forense e do projeto arquitetônico, porque há médicos que só cuidam de Medicina, advogados, de Direito, e Engenheiros, de construção civil. Estava entre aqueles que reservam espaço em seus momentos de folga para se dedicar a indagações no esforço de alimentar o espírito com uma visão ampla do universo que os cerca. Teve a sorte de na juventude viver o tempo em que a escola de nível médio era servida por bom conteúdo de humanidades. Cursos que se ocupavam, em parcela ponderável da malha curricular, das matérias aparentemente inúteis das artes e das letras.

Onde estivesse, o Professor José Lindoso sempre valorizou esses assuntos. Quando na direção do *SESC/SENAC*, estimulou entre os jovens comerciários o canto coral e a dança folclórica, as artes plásticas e a poesia. No Congresso Nacional ocupou a tribuna, em várias oportunidades, para registrar acontecimentos da vida de escritores e artistas. No governo, quando precisou preencher a lacuna do *Hino do Amazonas*, foi buscar para compô-lo o mestre Claudio Santoro, um dos gênios da música brasileira contemporânea, por sinal amazonense, sobre letra do poeta Jorge Tufic, escolhida criteriosamente e por orientação do governador em concurso público, pelo Colendo Conselho Estadual de Cultura.



**Figura 25** — José Lindoso, de pé, na inauguração da Escola SENAC, em janeiro de 1973, em Manaus.

Ele próprio exercitava a arte da poesia; os seus discursos guardam na música vigoroso tônus poético, no uso das palavras e na construção das metáforas. Seus poemas propriamente ditos foram compostos para celebrar passagens de sua vida em família, à sombra da grande árvore, mas acabaram por mostrar, revelar, a caminhada fabulosa pelos recônditos de sua alma.

Na juventude observa-se o impulso de versos como estes:

*Tenbo ânsias de conquista  
sede de glória  
mas, só partirei para a vida  
com a eucaristia do teu sorriso  
com a alegria do teu olhar.*

Traz a sua poesia a escrita paralelística dos cantares bíblicos, tão usada por Augusto Frederico Schmidt, de forma confessional.

No seguinte passo percebemos sede de liberdade e de crescimento espiritual:

*eu juntarei minha voz ao cântico místico  
do oceano  
eu juntarei minha voz ao cântico dos ventos  
eu juntarei minha voz (...)*

Das águas da juventude brota esta poesia:

*Poema que está no meu coração  
cantando em todas as gotas do meu sangue  
Poema que é minha vida  
Meu grande Poema! Meu Amor!*

Sempre o amor nas cogitações dos seus dias:

*A minha história de Amor é diferente  
porque meu amor é igual o mar  
sempre azul e distante  
não tem fim, nunca há de acabar. . .*

Seus versos, em regra vazados em metro livre, denotam forma ingênua, embora certas vezes exibam o requinte expressivo observado nesta estrofe. As rimas das palavras *diferente* e *distante*, *mar* e *acabar*, completam o ritmo pessoal próprio do versolibrismo usado nas poéticas contemporâneas.

Na maturidade vem o tom da dor, mas aberto às bênçãos do Amor:

*Na alegria curta ou comprida  
No sofrimento  
Nos sorrisos dos filhos  
Nos tormentos pelos filhos  
Nas lágrimas  
Nos sonhos de cada instante  
No esforço luminoso de compreensão  
há sempre a renovação do Amor.*

De repente as sombras da noite apareceram no horizonte:

*O Sol já está se pondo . . .  
A caminhada já parece longa  
Na contagem do tempo do  
Tempo . . .*

Nessa mesma voz, canta o poeta, ainda cheio de esperança:

*Já estamos no entardecer  
da vida  
O sol se põe e a luz  
perde a sua força  
Mas, ainda ilumina o  
nosso caminho.*

Sua poética representa um diálogo permanente com a esposa Amine, companheira de toda a vida, que o acompanhou entre as flores e os espinhos, nos momentos de consagração da vitória e nas vilegiaturas das campanhas políticas pelos beiradões da Amazônia.



**Figura 26** — José Lindoso, com a esposa Amine, é recebido por uma comunidade do interior do Estado.

Ao assumir o governo, o professor José Lindoso voltou a praticar a poesia. Não me consta de outro governante amazonense que tenha feito o mesmo. Nem Álvaro Maia, poeta por excelência. Dois terços da peça oratória foram ocupados com os poemas que transcrevo integralmente a seguir:

### *O Rio*

*No rio a gente pesca  
No rio a gente se banha de cuia  
No rio a gente mergulha  
Do rio se carrega água para beber  
O rio é caminho de ir  
e de voltar também . . .  
O rio é mistério e fonte de fantasia  
afoga na maresia.  
O rio é tudo pra gente viver. . .*



**Figura 27** — A oratória era a forma de expressão mais usada por José Lindoso, adotando, para tanto, o gestual que completasse a emissão do pensamento, como se observa neste flagrante.

## O Palácio

### I

*Palácio do seringueiro  
amassado  
sofrido  
espoliado  
Seringueiro que teve sede  
de riqueza.  
E foi simplesmente logrado.*

II

*Chego ao Palácio Rio Negro  
sem encantamento  
com sofrimento  
com Esperança.*

III

*Este Palácio  
cofre vazio das Esperanças que se acabaram  
Mistério de vontades perdidas  
de governantes do passado  
Mistura de amor, de sonhos  
com cheiro de intrigas  
Cofre vazio de Esperanças que se acabaram  
Tem um pouco de mistério  
notícias de assombração.*

*Deve ser exorcizado  
lavado  
benzido  
por todos os santos e pelo Divino  
Para que seja trincheira da Esperança  
Guarda vigilante da Justiça  
Encontro de todas as águas.*



Figura 28 — José Lindoso na juventude.

## *A Viagem*

### *I*

*Vim de longe  
na costa do rio  
na montaria do sonho e da obstinação  
A minha canoa fez viagem  
carregada de Esperança  
E foi puxada pela  
sirga do sonho  
nos estirões da vida  
subindo o rio  
vencendo correntezas.  
Fiz o rio caminho  
da incerteza, a certeza  
do sonho, realidade.*

II

*No sofrimento do meu irmão  
preso no lago  
perdido no mato  
no igarapé dos escondidos  
fui crescendo,  
viajando na costa do rio  
na mistura do sonho e da obstinação.*

III

*No choro do menino  
na barriga da mulher  
na seção do meu irmão  
na agilidade do peixe  
no vôo do pássaro  
no verde da várzea  
No barro da terra  
Na lama da várzea  
na paciência do pescador de linha  
no trabalho da roça  
nas conversas do meu pai  
nas crenças da minha mãe  
ganhei força e determinação.*



**Figura 29** — José Lindoso se sentia bem entre os seus e, nesta foto, ele está com a mãe Zenóbia e a esposa Amine, aparecendo ao fundo, de pé, da esquerda para a direita, os irmãos Bernades, Durval, Antônio, Bathuel, Vitória, pe. Moisés, Ondina e Bernardino.

#### IV

*Vim de longe  
na costa do rio  
na montaria do sonho e  
da obstinação  
Guardei no coração a pureza  
das manhãs lavadas de chuva*

*As lições da maresia forte  
O vai e vem do rio  
Cheia grande e seca*

*repiquete  
parada do rio.  
Ciranda da vida.*

*A roça precisa de limpa  
A panela está vazia  
E vamos fazer um puxirum  
Todo mundo dá um pouco  
de boa vontade e de sonho  
E com um feixe de esperanças  
com sorriso de criança  
Vamos trabalhar  
e o amanhã será melhor . . .*

Dizem os entendidos que a poesia é a mais alta forma de expressão da palavra. A arte da palavra. Sem dúvida por isso é que o professor José Lindoso buscou a poesia para se expressar num dos mais altos momentos de sua vida de homem público. A palavra foi o seu instrumental preferido. É com a palavra falada e escrita que o professor, o advogado, o político, exercem a profissão e ganham a vida. O tatibitate nessas profissões não tem futuro. E o professor José Lindoso possuía consciência desta verdade, tantas vezes transmitida sobre a responsabilidade, o peso e o valor da palavra poética. Tinha noção plena da força da palavra, também, como ferramenta de comunicação, fato que enriqueceu a sua oratória com peças recheadas de erudição, de revelações sobre a realidade amazônica, de sabedoria com as lições da vida.

Esta foi a semente fundamental plantada com a contribuição do professor José Lindoso.  
Graças a Deus!

## Cronologia

**1920** — *José Lindoso nasce a 21 de agosto no município de Manicoré, Estado do Amazonas, filho de Zacarias Afonso Lindoso e Zenóbia Ferreira Lindoso.*

**1932** — *Muda-se para Manaus.*

**1942** — *Assume já agora o cargo de subdiretor da Secretaria da Associação Comercial do Amazonas, que exerce até 1946.*

**1943** — *Ensina Elementos de Economia na Escola Técnica de Comércio Dom Bosco, até 1952.*

— *É Redator-Chefe da Revista da Associação Comercial do Amazonas, até 1951.*

**1945** — *De julho a setembro ensina Geografia Geral no colégio Estadual do Amazonas.*

**1946** — *No dia 14 de setembro, bacharela-se em Ciência Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Amazonas, após ter feito o curso primário no grupo escolar Marechal Hermes, o Curso Ginásial no Ginásio Amazonense Pedro II, atual Colégio Estadual do Amazonas, e o Curso Pré-Jurídico no Colégio Dom Bosco, tudo em Manaus.*

— De 1.º de novembro a 31 de dezembro, ensina Elementos de Economia e História Administrativa e Econômica, na escola de Comércio Solon de Lucena.

— Até 1951 exerce o cargo de diretor técnico da Secretaria da Associação Comercial do Amazonas

— Até 1954 exerce a função de delegado regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Serviço Social do Comércio (SESC), respectivamente.

**1947** — Lança os livros *Do Estado – Aspecto da Socialização do Direito Constitucional Brasileiro*, pela Imprensa Oficial do Amazonas, em Manaus, e *Valorização Econômica da Amazônia*, pela Associação Comercial do Amazonas

— Em 18 de março inscreve-se na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Amazonas, sob o n.º 242, Carteira n.º 217.

**1948** — No período de 31 de março a 4 de abril, assume o cargo de secretário-geral executivo da Reunião Econômica da Borracha.

— No dia 8 de dezembro casa-se com a Assistente Social Amine Daou Lindoso, de cuja união teve os seguintes filhos: Felipe José, antropólogo e editor; Mariadelaide, bacharel em Letras; Luiz Maurício, advogado; Pedro Lucas, advogado; Liliana Maria, assistente social e religiosa; Flávia Maria, bióloga; e Clara Maria, advogada e Professora.

**1950** — Até junho de 1955 exerce a cátedra de Economia Política, na Faculdade de Direito do Amazonas, nomeado pelo presidente da República.

**1951** — *Participa, como delegado da Administração Regional do SENAC, da I Convenção Nacional de Técnicos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, realizada em São Paulo.*

— *Em julho compõe a Delegação do Amazonas à Conferência Nacional das Classes Conservadoras.*

— *Compõe a Comissão Organizadora da Conferência dos Estados e Territórios da Amazônia.*

— *Assume a condição de sócio efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros, Secção do Estado do Amazonas.*

**1952** — *De 3 de maio deste ano a 3 de junho de 1955, compõe o Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Direito do Amazonas, por designação do Ministério da Educação e Cultura.*

— *Até o ano de 1966 compõe a Banca Examinadora, área de Português, nos concursos de habilitação ao curso de bacharelado, da Faculdade de Direito do Amazonas.*

— *A 30 de dezembro compõe o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo sido reconduzido até 1966, onde exerceu atividades em diversas comissões.*

— *Lança o livro Preliminares sobre o Estudo da Economia Política, editado por Sérgio Cardoso, em Manaus.*

**1953** — *De janeiro deste ano a dezembro de 1954, compõe o Conselho Técnico de Educação do Estado do Amazonas.*

— *Ensina Legislação Social na Casa do Trabalhador do Amazonas.*

— *Em julho participa do Seminário de Estudos de Metodologia do Ensino Comercial, na IV Semana de Orientação Técnica-Pedagógica do Ensino Comercial, realizado em Recife.*

— *Assume a função de membro-relator da subcomissão de Transporte da Comissão Coordenadora dos Subsídios destinados à elaboração do Programa de Emergência do Estado do Amazonas ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia.*

— *Lança em livro a tese Elementos Conceituais da Economia Política, pela editora Sérgio Cardoso, em Manaus; e os livros Pelo aproveitamento racional das florestas amazônicas e Problemas da produção de borracha, pela Associação Comercial do Amazonas.*

**1954** — *Em dezembro recebe o título de Doutor em Direito face a defesa de tese perante Banca Examinadora na Faculdade de Direito do Amazonas.*

— *Compõe a Delegação da Associação Comercial do Amazonas à III Conferência Nacional da Borracha, em Belém do Pará.*

— *Compõe o Conselho Técnico da Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional da Borracha.*

**1955** — *Em 11 de agosto cola grau em sessão solene da Congregação da Faculdade de Direito do Amazonas, com o título de Doutor em Direito, após defesa de tese em dezembro de 1954.*

— *De julho deste ano a dezembro de 1966, ensina, interinamente, Direito Civil (1.ª cadeira), na Faculdade de Direito do Amazonas.*

— *Até 1960 exerce a função de secretário da Revista da Faculdade de Direito do Amazonas.*

— *Em janeiro compõe a Delegação do Amazonas, representando a Seção Estadual do Instituto dos Advogados Brasileiros, no VI Congresso Jurídico Nacional, realizado em São Paulo.*

— *De 19 a 25 de janeiro compõe delegação ao II Congresso Penal Penitenciário Hispano Luso-Americano e Filipino, em comemoração ao IV Centenário da Cidade de São Paulo.*

**1956** — *De janeiro deste ano a fevereiro de 1958, assume a presidência da Comissão Regional do Serviço de Inspeção do Ensino Comercial no Estado do Amazonas e Territórios do Acre e Rio Branco.*

— *Em maio, frequenta, em tempo integral, como Coordenador do Ensino Comercial, o estágio pela Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial, realizado no Rio de Janeiro (Casa do Professor, versando sobre Orientação Educacional e Profissional, Orientação Pedagógica no Ensino Comercial, Didática e Administração Escolar.*

**1957** — *De 4 a 9 de junho participa, em Belém do Pará, como técnico de ensino do Departamento Regional do SENAC do Amazonas, da II Mesa-Redonda SENAC, para estudos de problemas de metodologia de aprendizagem do menor.*

— *De 15 de setembro a 17 de novembro, empreende viagem como estagiário em Escolas de Comércio da Chambre de Commerce de Paris, e, como observador do sistema de ensino e aprendizagem comercial em escolas de comércio em Roma e na Suíça, dentro do programa de Aperfeiçoamento do corpo técnico do SENAC.*

— *No mês de julho compõe a Delegação do Amazonas, na quali-*

*dade de coordenador do Ensino Comercial, ao II Congresso de Ensino Comercial, realizado em Belo Horizonte.*

*— Assume a presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros, Seção do Amazonas, durante todo o exercício.*

**1958** — *Participante da VI Reunião de Diretores-Gerais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAC, sendo relator do tema O ensino no SENAC e a sua Dinâmica.*

*— Em setembro compõe a delegação à I Jornada de Diretores da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, realizada em Manaus, sob o patrocínio da Inspeção Seccional de Manaus, quando pronunciou conferência sobre o Ensino Secundário e Ensino de Comércio.*

**1959** — *Exerce a função de Relator da Comissão nomeada pelo diretor da Faculdade de Direito do Amazonas, para elaborar projeto de regulamento da referida Faculdade.*

*— A 4 de outubro é distinguido com a Medalha Clóvis Reviláqua, conferida pelo ministro da Educação.*

*— Ensina Introdução à Ciência do Direito, na Faculdade de Direito do Amazonas, por três meses, voltando a essa atividade no período de abril a junho de 1965, durante impedimento do titular.*

**1960** — *Ensina Direito Internacional Privado, na Faculdade de Direito do Amazonas, como professor substituto.*

*— Compõe o Tribunal Eleitoral, na qualidade de Juiz-Substituto, pela classe dos juristas, freqüentando a Corte por todo o exercício.*

**1961** — *De 10 de julho deste ano até 1964, compõe o Conselho Deliberativo da Zona Franca de Manaus, por nomeação do presidente da República.*

**1963** — *Deste ano até 1964, exerce a função de relator do Plano de Organização dos Diretórios Distritais da ARENA.*

— *Em maio toma posse na poltrona n.º 25 da Academia Amazonense de Letras.*

**1964** — *De junho a agosto exerce a função de secretário de Estado da Educação e Cultura do Amazonas.*

— *De junho deste ano a novembro de 1968, assume a função de diretor da Administração Conjunta do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).*

**1966** — *Assume o mandato popular de deputado federal, eleito pelo Estado do Amazonas, ficando na Câmara dos Deputados até 1970.*

— *É relator do Plano de Ação Partidária.*

**1967** — *Compõe a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, até 1970.*

— *Compõe a Comissão de Serviço Público da Câmara dos Deputados, até 1969.*

— *É distinguido com a Medalha Nilo Peçanha, do Ministério da Educação.*

— *Apresenta os seguintes projetos na Câmara dos Deputados: N.º 34/67, Regulamenta o § 2.º do artigo 16 da Constituição, dispondo*

*sobre o exercício da vereança gratuita nos municípios de população igual ou inferior a 100 mil habitantes e dá outras providências. N.º 644/67, dá nova redação ao inciso X do art. 79 da Lei n.º 711, de 28 de outubro de 1952 (Estatutos dos Funcionários Públicos Civis da União).*

**1968** — *Apresentou os seguintes projetos:*

— N.º 1284/68, *autoriza o Banco Nacional da Habitação a participar da Operação Amazônia, em programa da criação de uma infraestrutura de engenharia civil, para fixação da população no interior da Amazônia Ocidental, e dá outras providências.*

— N.º 1409/68, *altera a redação do art. 7.º da Lei n.º 4737, de 15.07.65 (Código Eleitoral), e dá outras providências (Justificativa de não votar por eleitor.)*

— N.º 1757/68, *acrescenta parágrafo ao artigo 161 da Lei Orgânica da Previdência Social, disciplinando a filiação do emprego doméstico.*

— N.º 1911/68, *torna obrigatório o alistamento eleitoral dos alfabetizados maiores de 18 anos, e dá outras providências*

— N.º 1980/68, *dispõe sobre a extensão da previdência social ao empregado doméstico.*

— N.º 1995/68, *regulamenta a publicação e venda de álbuns de figurinhas, e dá outras providências.*

— N.º 2006/68, *equipara aos trabalhadores autônomos as pessoas que, sem vínculo empregatício e remunerados mediante recibo, prestam serviços à administração pública.*

— N.º 2013/68, *autoriza a concessão de gratificação aos funcionários em exercício na Amazônia, e dá outras providências*

**1969** — *Escolhido vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados até 1970.*

— *É relator-geral dos Estatutos da III Convenção Nacional da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).*

— *Em 14 de agosto é distinguido com a Medalha Cidade de Manaus, conferida pelo Governo do Estado do Amazonas.*

— *É distinguido com a Medalha Comemorativa dos 60 anos da Faculdade de Direito do Amazonas.*

— *É distinguido com a Medalha Comemorativa Cook Bicentenary New Zeland*

**1970** — *Apresentou os seguintes projetos:*

— *N.º 2.103/70, dá nova redação ao item III do art. 5.º da Lei Orgânica da Previdência Social, elevando para 60 anos de idade para inclusão dos segurados empregados à Previdência Social.*

— *N.º 2.122/70, dispõe sobre a obrigatoriedade do voto nas eleições sindicais, e dá outras providências*

— *N.º 2.126/70, acrescenta parágrafo ao art. 161 da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei n.º 3.807 de agosto de 1960), dispondo sobre a filiação facultativa dos empregados domésticos ao plano Básico da Previdência Social*

— *N.º 2.150/70, dispõe sobre o salário profissional do Técnico de Administração de nível superior, e dá outras providências.*

**1971** — *Participa do I Ciclo de Estudos sobre a Segurança Nacional e Desenvolvimento, realizado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Delegação de Brasília.*

— Assume o mandato popular de senador da República, pelo Estado do Amazonas.

— Compõe a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, até 1977.

— Compõe, como titular, as Comissões de Segurança Nacional e redação, do Senado Federal, até 1973.

— É distinguido com o Diploma de Honra ao Mérito, conferido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), ao comemorar os 25 anos de formação profissional.

— Em setembro, é distinguido com o Diploma de Honra ao Mérito, conferido no jubileu de prata do Serviço Social do Comércio

— Apresentou os seguintes projetos:

— N.º 59/71, dispõe sobre a venda de cigarros a menores de 16 anos, limita a publicidade sobre o fumo, torna obrigatório nos invólucros dos produtos de fumo o dístico 'Cuidado! Prejudicial à saúde', e dá outras providências.

— N.º 98/71, dá nova redação ao item III do art. 5.º da Lei Orgânica da Previdência Social, elevando para 60 anos a idade para exclusão dos segurados empregadores da filiação à Previdência.

— N.º 101/71, regula a prestação do trabalho de natureza doméstica, e dá outras providências.

— N.º 112/71, dispõe sobre a obrigatoriedade do alistamento eleitoral dos alfabetizados de mais de dezoito anos e determina outras providências.

**1972** — Em abril, é relator-geral da Reforma dos Estatutos da IV Convenção Nacional da ARENA.

— Em 22 de maio, é distinguido com a Medalha do Mérito Tamandaré, com diploma expedido em Brasília.

— É distinguido com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

— A 5 de outubro, é galardoado com a Medalha do Sesquicentário da Independência do Brasil, conferida pelo presidente do Senado Federal.

— É distinguido com a Medalha Comemorativa dos 150 anos da Independência do Brasil, concedida pela Câmara dos Deputados.

— Apresentou os seguintes projetos:

— N.º 3/72, Dispensa os empregados inscritos em cursos do MOBREAL da obrigatoriedade de trabalhar fora do limite normal de sua jornada, e determina outras providências.

— N.º 9/72, regulamenta o parágrafo segundo do artigo 15 da Constituição da República Federativa do Brasil, dispondo sobre o exercício da vereança gratuita.

— N.º 14/72, altera a Lei n.º 5.762, de 14 de dezembro de 1971, que transforma o Banco Nacional de Habitação (BNH) em empresa pública.

— N.º 37/72, acrescenta o § 4.º ao artigo 17 do Decreto-Lei n.º 61, de 21 de novembro de 1966, para autorizar o pagamento de quotas do Fundo Rodoviário Nacional aos municípios, no caso que especifica.

— N.º 40/72, dispõe sobre a propaganda comercial de produtos de consumo público, estabelecendo obrigatoriedade de descrição de qualidades nas respectivas embalagens e determina outras providências.

**1973** — *É distinguido com a Medalha de Agradecimento, conferida pelo Conselho Central da Federação das Bandeirantes do Brasil.*

— *É homenageado com a Medalha Comemorativa do 1.º Centenário da fundação da Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas.*

— *Apresenta o seguinte projeto:*

— *N.º 129/73, altera a redação do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 161, de 13 de fevereiro de 1967, para fim de atribuir à Fundação IBGE competência para realizar pesquisas de opinião pública.*

**1974** — *No período de 2 a 11 de outubro, integra a Delegação Brasileira à 61.ª Conferência da União Interparlamentar, na cidade de Tóquio, Japão.*

— *De 17 de setembro a 7 de dezembro, integra a Delegação Brasileira designada para 29.ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas – Nova Iorque, USA.*

— *Apresenta os seguintes projetos:*

— *N.º 18/74, estabelece normas sobre a realização de eleições em 1974, e dá outras providências.*

— *N.º 46/74, dá nova redação à letra 'b' do item II do Art. 5.º da Lei n.º 5.890, de 8 de junho de 1973.*

— *N.º 82/74, acrescenta parágrafos ao Art. 530 da Consolidação das Letras do Trabalho.*

— *N.º 86/74, introduz alterações no Código Nacional de Trânsito*

— *N.º 109/74, dá nova redação a dispositivos do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, para disciplinar a exigência da certificação de qualidade de produtos e materiais industrializados na habilitação às licitações.*

— *Projeto que se transforma em lei:*

— *Lei n.º 6.055/74, que estabelece normas sobre a realização de Eleições em 1974.*

**1975** — *Em novembro, profere conferência sobre Direito Agrário na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo.*

— *Em setembro, integra a Delegação Brasileira à 62.ª Conferência da União Interparlamentar, realizada em Londres, Inglaterra.*

— *Apresenta os seguintes projetos:*

— *N.º 26/75, altera e acrescenta dispositivos na Lei n.º 6.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).*

— *N.º 79/75, autoriza as empresas de transportes aéreos a estabelecer tarifas especiais nas linhas regulares que servem a Amazônia Legal, nas condições que especifica.*

— *N.º 207/75, altera a redação do art. 7.º da Lei n.º 4.737 – Código Eleitoral – e dispõe sobre isenção de multa prevista no art. 8.º da mesma lei.*

**1976** — *Funciona como conferencista sobre Direito Eleitoral e Partidário, na Universidade de Santa Catarina, Florianópolis.*

— *É distinguido com a Medalha Sesquicentenário de instalação dos trabalhos do Senado Federal.*

— *É condecorado com a Medalha IICA-OEA, comemorativa do 35.º aniversário de fundação do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da Organização dos Estados Americanos.*

— *Apresentou os seguintes projetos:*

— N.º 104/76, dá nova redação ao Art. 26, da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

— N.º 137/76, regula a indicação de candidatos a cargos eletivos onde os Partidos Políticos não o fizerem, e dá outras providências, para as eleições municipais de 1976.

— N.º 173/76, altera a redação dos Arts. 27 a 61 da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), acrescentando novos itens e parágrafos, e dá outras providências.

— N.º 198/76, dá nova redação aos artigos 99 e 106 da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971 (L.O.P.).

— N.º 199/76, autoriza a doação de porções de terras devolutas a municípios incluídos na região da Amazônia Legal para os fins que especifica, e dá outras providências.

— *Projetos que se transformaram em leis:*

— Lei n.º 6.236, de 19 de setembro de 1975, que dispõe sobre a obrigatoriedade do alistamento eleitoral dos alfabetizados de mais de 18 anos.

— Lei n.º 6.245/75, que altera a Lei n.º 5.762, de 14 de dezembro de 1971, transformando o BNH em empresa pública.

— Lei n.º 6.349, de 18 de julho de 1976, que dispõe sobre cargos eletivos nos municípios onde os Partidos Políticos não constituíram Diretórios Municipais.

— Lei n.º 6.365, de 15 de outubro de 1976, que dá nova redação aos artigos 9.º e 106, da lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos

**1977** — Assume a vice-presidência do Senado Federal, cargo que ocupa até 1979.

— É condecorado com a Comenda de Grande-Oficial da Ordem do Congresso Nacional

— Apresenta os seguintes projetos:

— N.º 123/77, altera a redação do art. 778 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e dá outras providências.

— N.º 145/77, acrescenta parágrafo único ao art. 488 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o horário no período do Aviso Prévio, e dá outras providências.

— N.º 174, dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências (Determina o uso do termo de Hanseníase em vez de 'lepra').

— N.º 241/77, altera dispositivos do Código Civil Brasileiro (Lei n.º 3.071, de 1.º de janeiro de 1916), e dá outras providências (Antecipa a maioridade para os 18 anos).

— Projetos que se transformaram em leis:

— Lei n.º 6.512, de 20 de dezembro de 1977, dispondo sobre a obrigatoriedade do voto nas eleições sindicais.

— Lei n.º 6.431, de 12 de julho de 1977, que autoriza a doação de porções de terras devolutas a municípios incluídos na região da Amazônia Legal.

**1978** — Em 20 de abril, é condecorado como Grande-Oficial da Ordem de Rio Branco, na qualidade de Grão-Mestre das Ordens Brasileiras, concedida pelo presidente da República.

— *Em outubro, é distinguido com a Medalha José Bonifácio, conferida pelo presidente do Senado Federal.*

— *É homenageado com a Medalha Comemorativa do dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.*

**1979** — *Assume o Governo do Estado do Amazonas, exercendo o cargo até 1982.*

**1980** — *Integra o Diretório Nacional do PDS.*

— *Em janeiro é homenageado com o título de Cidadão Benemérito do município de Boca do Acre.*

— *Em 25 de agosto, é homenageado com o título de Cidadão Benemérito do município de Humaitá*

— *Em 15 de setembro, é condecorado com a Comenda da Ordem dos Democratas Milton Campos, conferida pela União dos Vereadores do Estado de Minas Gerais.*

— *Em setembro, é distinguido com a condecoração da Ordem Aguilar Azteca, conferida pelo presidente do México.*

— *Em 4 de novembro, é condecorado como Grande-Oficial da Ordem do Mérito Naval, por decreto do presidente da República.*

— *Em 17 de novembro, é homenageado com o título de Cidadão Benemérito do município de Maués.*

— *Em setembro é homenageado com a Medalha Fuerza Naval de la Amazonia, conferida pela Marina de Guerra del Peru.*

— *É distinguido com a Medalha Joannes Paulus II –Pont.*

*Max. — Viagem ao Brasil, concedida pelo papa João Paulo II, em Manaus.*

*— É homenageado com o Diploma de Honra ao Mérito, conferido pela Federação da Agricultura do Amazonas.*

*— É distinguido com a Medalha Comemorativa do Centenário de falecimento de Duque de Caxias, conferida pelo Comando Militar da Amazônia.*

**1981** — *Em 12 de maio, é distinguido com a Medalha Júlio Cezar Ribeiro de Souza, concedida pelo governo do Pará.*

*— Em outubro, dia 08, é homenageado com a Medalha do Pacificador, conferida pelo ministro do Exército.*

*— É homenageado com a Medalha Comemorativa dos 25 anos de criação do Comando Militar da Amazônia*

*— É galardoado com a Medalha Comemorativa do Quinquagésimo ano de elevação da Vila de Barcelos à categoria de cidade, conferida pela Câmara Municipal de Barcelos, Portugal.*

*— Ensina Direito Municipal na Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas*

**1982** — *Em abril, profere conferências na University Georgetown, em Washington, D.C., USA, sobre o Desenvolvimento da Região Amazônica.*

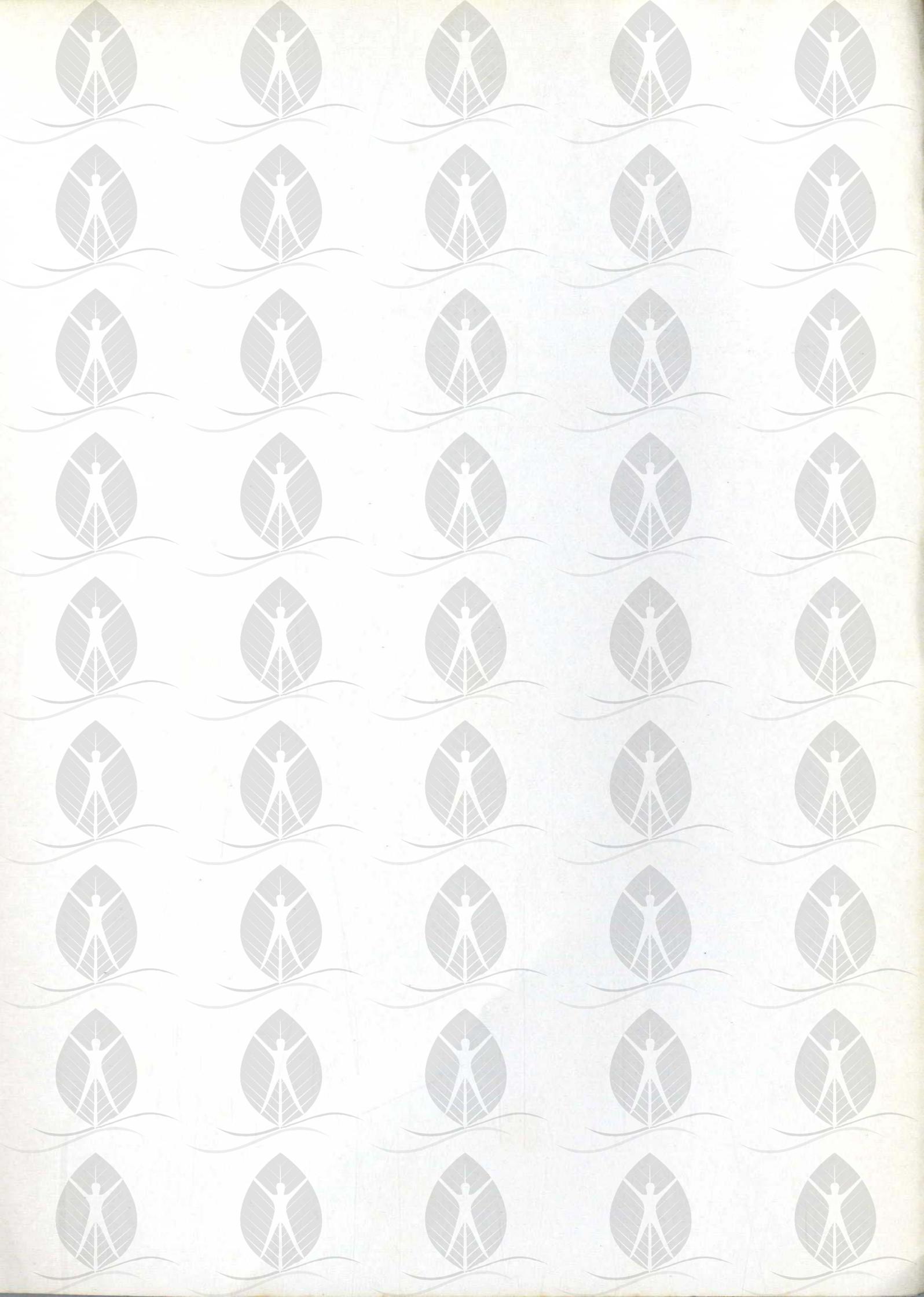
*— Em maio, é condecorado com o Grande Colar da Ordem do Mérito do Estado do Amazonas.*

**1983** — *Ensina Introdução ao Direito, na Universidade de Brasília.*

— *Em 9 de agosto, inscreve-se na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Brasília, sob n.º 702-A.*

**1986** — *Lança o livro Estado, Constituinte e Constituição, pela Editora Saraiva, de São Paulo.*

**1993** — *A 25 de janeiro, José Lindoso morre em Brasília, onde foi sepultado.*



*Elson Farias*



**José Lindoso**  
semeador de esperança

GOVERNO DO



AMAZONAS

**AMAZONAS**

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E DESPORTO



## AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: [ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM](mailto:ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM)



Secretaria de  
**Estado de Cultura**



CENTRO CULTURAL DOS  
POVOS DA AMAZÔNIA